



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

O Desemprego no Serviço Social

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Serviço
Social**

Fernanda Maria Vivas Dias

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

FEVEREIRO 2016



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

O Desemprego no Serviço Social

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Serviço
Social**

Fernanda Maria Vivas Dias

Sob a Orientação do Prof. Doutor **Eduardo Jorge
Duque**

Esse Desemprego

Meus senhores é mesmo um problema

Esse desemprego!

Com satisfação acolhemos

Toda oportunidade

De discutir a questão.

Quando queiram os senhores! A todo momento!

Pois o desemprego é para o povo

Um enfraquecimento.

Para nós é inexplicável

Tanto desemprego.

Algo realmente lamentável

Que só traz desassossego.

Mas não se deve na verdade

Dizer que é inexplicável

Pois pode ser fatal

Dificilmente nos pode trazer

A confiança das massas

Para nós imprescindível.

É preciso que nos deixem valer

Pois seria mais que temível

Permitir ao caos vencer

Num tempo tão pouco esclarecido!

Algo assim não se pode conceber

Com esse desemprego!

Ou qual a sua opinião?

Só nos pode convir

Esta opinião: o problema

Assim como veio, deve sumir.

Mas a questão é: nosso desemprego

Não será solucionado

Enquanto os senhores não

Ficarem desempregados! Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

No decorrer desta experiência académica, foram inúmeras as pessoas que se revelaram uma profunda fonte de apoio, incentivo, ajuda e compreensão. Pelo grande apoio prestado, por todos expresso, desta forma, a minha profunda gratidão e agradecimento.

Estou grata a todos que, de forma direta e/ou indiretamente, me ajudaram e contribuíram para a concretização deste objetivo, em particular à minha família e pessoas amigas pela força, coragem e incentivo que me transmitiram, e que me incentivaram a persistir nos momentos de maior desânimo e cansaço.

Não poderia deixar de agradecer, de forma particular, ao Professor Doutor Eduardo Jorge Duque, pela sua profunda ajuda, compreensão e enorme profissionalismo. Saliento que, sem a sua ajuda, este projeto provavelmente não teria sido concretizado, uma vez que este me prestou um apoio bem superior ao que alguma vez poderia ter esperado. Pela sua paciência, compreensão e disponibilidade, apresento-lhe o meu mais sincero agradecimento.

Por último, estou grata à Universidade Católica Portuguesa, através da sua Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e a todos os docentes que participaram no meu percurso académico que, com os conhecimentos transmitidos, contribuíram para o meu enriquecimento pessoal e profissional.

Bem Hajam!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo central, compreender as causas que motivam o desemprego no Serviço Social, bem como analisar a forma como os assistentes sociais encaram o desemprego na sua área de formação. De forma mais específica, procura-se compreender as razões que dificultam a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho, bem como analisar a razão de certos cargos próximos da área do Serviço Social estarem a ser realizados por profissionais externos à área em referência.

Esta problemática encontra-se inserida no atual cenário de desemprego que tem assolado o nosso país e que em muito contribui para a crise que estamos a presenciar. Acresce também que, como se percebe ao longo deste estudo, o Estado tem assumido ao longo do tempo diferentes posicionamentos em relação à ação social, em parte devido à redefinição do conceito de bem-estar social que, se por um lado, gera um alargamento dos benefícios sociais como forma de fazer valer políticas que promovem a igualdade e a solidariedade, por outro - dada a crise económica - há uma diminuição de recursos afetos a estas causas, o que levou o poder político a reorientar e a redirecionar as suas formas de intervenção na ação social.

Posto isto, este estudo parte do princípio de que a crise económica é parcialmente responsável pela situação de desemprego dos profissionais de Serviço Social, bem como do facto destes profissionais não encarem bem o desemprego na sua área, o que os pode levar a situações de risco social.

Este estudo assenta numa abordagem qualitativa com recurso a entrevistas a diplomados em Serviço Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa.

As conclusões a que chegamos apontam o modelo social envolvente como um dos maiores responsáveis da crise que estamos a viver, que afeta não somente a vida económica, como toda a vida social, com implicações em todas as dimensões da sociedade. De facto, o desemprego entre os profissionais de Serviço Social é uma das consequências deste modelo de desenvolvimento que, tanto cria respostas extraordinárias, como os apoios diferenciados a quem deles mais precisa, como despreza o rosto das pessoas, já que ele privilegia os números em detrimento dos nomes.

Este modelo social criou, desta forma, um grande paradoxo na sociedade, pois se por um lado formou muitos profissionais, por outro lado, permitiu que o mercado de trabalho ficasse saturado, não proporcionando, assim, emprego para quem investiu numa

determinada área de trabalho, o que, conseqüentemente, tem gerado um grande descontentamento nestes profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistente Social; Modelo Social; Desemprego.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand the causes which motivate unemployment in Social Work as well as analyze how social workers face unemployment in their training area. More particularly, it seeks to understand the reasons that hinder the inclusion of social workers in the labor market and to realize why certain positions close to the Social Services are being carried out by other professionals who are not related to this area.

This issue is inserted in the current scenario of unemployment that has plagued our country and which greatly contributes to the crisis that we are witnessing. In addition, as we can observe through this study, the state has taken different positions in relation to social action, in particular because of the redefinition of the concept of social welfare; on the one hand, it generates an enlargement of social benefits as a way to enforce policies that promote equality and solidarity, on the other hand, given the economic crisis - there is a decrease in the resources allocated to these causes, which led those in political power to reorient and redirect their way of intervention in social action.

Therefore, this study assumes that the economic crisis is partly responsible for the high unemployment among of social work professionals as well as the fact that these professionals don't understand the unemployment in their own area, which can lead to hard social situations.

This study is based on a qualitative approach using interviews with graduates in Social Work, in the Faculty of Philosophy and Social Sciences of the Catholic University.

The conclusion we have reached is that the social model is one of those factors most responsible for the crisis we are living, which affects not only economics, but as all social life, with consequences in all aspects of society. In fact, unemployment among professionals in Social Work is one of the effects of this development model that both creates extraordinary responses, such as differentiated support to those most in need, and shows insufficient respect for the individual as a person, since it is more concern with numbers than actual people.

This social model creates in this way, a major paradox in society, because on the one hand it has formed many professionals, but, on the other, has allowed the labor market to become saturated, therefore not providing work for those invested in a given workspace, which consequently has generated a great dissatisfaction among these professionals.

Key-Words: Social Work; Social Worker; Social Model; Unemployment.

ÍNDICE

PARTE I – INTRODUÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	7
1.1. Objetivos do estudo.....	9
PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	10
2.1. A História do Serviço Social.....	10
2.2. O desencanto social criado pela pós-modernidade.....	19
2.3. Trabalho, Emprego e Desemprego.....	29
2.4. As transformações no mundo do trabalho: da era Fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho.....	43
2.5. Políticas sociais em Portugal.....	55
2.6. Hipóteses de Investigação.....	57
PARTE III – FASE METODOLÓGICA.....	58
3.1. Tipo de estudo.....	58
3.2. Amostra.....	59
3.3. Instrumento de recolha de dados.....	59
3.3.1. Análise documental.....	59
3.3.2. Entrevista.....	60
3.3.3. Análise de conteúdo.....	62
PARTE IV – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
BIBLIOGRAFIA	72

PARTE I

INTRODUÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Ao longo dos tempos, temos vindo a assistir a um conjunto de metamorfoses na nossa sociedade, nomeadamente a nível laboral, trazendo diversas barreiras e desafios quer para a inserção profissional de todos os trabalhadores inclusive dos profissionais do Serviço Social, quer para a permanência dos mesmos no mercado de trabalho. Além do facto de muitos profissionais do social não estarem a trabalhar na sua área de formação, muitos deles presenciam cada vez mais situações precárias e instáveis de emprego não tendo possibilidade de exercer convenientemente a sua profissão. Perante tal instabilidade a nível laboral, os profissionais questionam a sua posição no mercado de trabalho, a profissão que escolheram bem como a formação que receberam estabelecendo uma relação das mesmas com o desemprego e não inserção na sua área profissional.

O emprego e desemprego são duas realidades que sempre coexistiram nas sociedades ditas desenvolvidas, mas, nos últimos tempos, o desemprego, além de ser uma realidade com um rosto bem visível, possui uma nova faceta, ou seja, atinge todas as classes de trabalhadores, quer se trate de pessoas com maior ou menor qualificação. Como referem Duque e Calheiros (2011: 49) verifica-se, nos nossos dias, “que os recursos humanos são cada vez mais excedentários. As dinâmicas do trabalho, sobretudo em Portugal, expressam claramente que a vida ativa encurtou, dado que as dificuldades de entrada no mercado de trabalho são imensas e as saídas cada vez mais precoces. Verifica-se também que o tempo de espera por um posto de trabalho é menor numa pessoa com elevados níveis de qualificação que num trabalhador indiferenciado”. Porém, torna-se importante salientar que esta situação se verifica também pela atual crise económica, dado que a falta de meios financeiros e a impossibilidade de remunerar os profissionais potenciam a falta de emprego e, perante esta realidade, o aumento do número de licenciados proporciona uma saturação do mercado de trabalho, conduzindo ao flagelo do desemprego. Tal como outros diplomados, os licenciados em Serviço Social também estão a ser atingidos por esta realidade. O desemprego constitui um grave problema social que, para além de se traduzir numa evidente preocupação social, propõe eminentes estudos a nível sociológico já que possui uma vertente contraditória, na medida em que, por um lado, se verifica um aumento do desemprego e, por outro, dada a complexidade da sociedade, torna-se cada vez maior a necessidade de licenciados, pois estes são necessários ao

desenvolvimento da sociedade e, no caso dos licenciados em Serviço Social, eles podem ser fulcrais na resolução de alguns dos mais diversos problemas sociais que afetam a nossa sociedade. Neste contexto, verifica-se que há um contrassenso nesta problemática, pois o desemprego junto dos Assistentes Sociais é uma realidade embora haja uma progressiva necessidade, como acabamos de referir, da sua intervenção, dado o aumento progressivo dos problemas sociais.

A missão do Serviço Social é zelar pelo bem-estar dos cidadãos, resolvendo os seus problemas sociais. Neste sentido, torna-se importante realizar este estudo para compreender o porquê desta incongruência, ou seja, compreender a razão pela qual os assistentes sociais se encontram no desemprego sendo o seu trabalho de intervenção de cariz tão importante.

Pelos motivos evocados ao longo deste estudo, torna-se importante salientar que o desemprego no Serviço Social em Portugal se deve à crise económica e à falta de meios para remunerar os assistentes sociais e também à saturação do mercado de trabalho visto que há um elevado número de licenciados para os postos de trabalho disponíveis. Existe um desequilíbrio entre o número de licenciados em Serviço Social e a taxa de empregabilidade na área, pois o que se verifica é que, apesar de haver uma grande necessidade de profissionais qualificados na área social, devido ao elevado número de problemas sociais da sociedade portuguesa, não há oferta de emprego qualificado na área.

A crise económica é parcialmente responsável por esta situação de desemprego na área social, já que, anteriormente, o Estado assumia os custos dos trabalhadores sociais e eram os últimos executores das políticas sociais enquanto que, hoje em dia, devido às mutações da sociedade, esta realidade já não se verifica. Atualmente, há uma menor intervenção do Estado na área social. Contudo, é importante salientar que esta situação não se deve apenas à crise económica e à falta de verbas, mas também ao facto de certas funções inerentes ao Serviço Social estarem a ser realizadas por profissionais que não se encontram ligados à área social, bem como à falta de reconhecimento da importância e do significado deste próprio Serviço atualmente na nossa sociedade, sendo este um dos principais desafios que se impõe nos dias de hoje a esta profissão.

1.1 Objetivos do estudo

Posto isto e dado que os objetivos são uma das etapas mais relevantes da investigação visto que é a partir dos mesmos que podemos desenhar a nossa intervenção – propomo-nos, como objetivo central deste trabalho, compreender as causas que motivam o desemprego no Serviço Social, bem como analisar a forma como os assistentes sociais encaram o desemprego na sua área de formação. Desta forma, podemos traçar os seguintes objetivos:

1. Analisar as causas do desemprego no Serviço Social perante um aumento crescente dos problemas sociais.
2. Compreender os principais obstáculos que sustentam o desemprego no Serviço Social e que dificultam a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho.
3. Conhecer a atividade profissional desenvolvida pelos assistentes sociais quando não encontram emprego na sua área de formação.
4. Compreender o porquê de certos cargos inerentes ao Serviço Social estarem a ser realizados por profissionais externos à área social.

PARTE II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. A História do Serviço Social

O Serviço Social possui já um século de existência enquanto campo e disciplina autónoma. Durante este período, o Serviço Social desenvolveu-se e procurou construir um percurso marcado pela reflexão, pela tentativa de intervenção, por novas ideologias e pela constante procura de políticas centradas na luta contra a injustiça social (Mouro e Simões, 2001).

Ao longo da sua história, o Serviço Social atravessou diversas fases que, por diversas vezes, se sobrepunham em função dos contextos e experiências de vários países. Desta forma, e resumidamente, seria importante relembrar algumas destas fases que marcaram a sua história.

Numa fase inicial, podemos destacar a *Fase de Emergência Social* (1890-1898), a *Fase da Institucionalização* (1897-1937), a *Fase da Legitimação* (1917-1930) e a *Fase da Qualificação* (1930-1960). Além destas fases, é igualmente importante destacar a *Fase do Sincretismo* (1960-1965), a *Fase de Reidentificação* (1965-1970) e, por último, a *Fase da Afirmação* (a partir dos anos 70).

Apesar de todas as fases aqui mencionadas possuírem relevância própria, neste trabalho, iremos apenas focar algumas dessas fases pelo facto de mais se coadunarem com a temática abordada no mesmo.

Inicialmente, no final do século XIX, o Serviço Social constituía um mecanismo de aperfeiçoamento da capacidade de “bem-fazer”, sendo dominado por um sistema capitalista e marcado por um papel de legitimação das desigualdades sociais que o próprio sistema originava. O ponto central da institucionalização do Serviço Social foi a proposta da criação da Escola de Filantropia Aplicada por Mary Richmond, no final do século XIX (Mouro e Simões, 2001). Após este período, o Serviço Social começa a ser estruturado como uma profissão profundamente ligada às respostas conjunturais (nomeadamente depois das dificuldades sentidas após a Primeira Guerra Mundial) e à arbitragem de conflitos que lhe confere algum reconhecimento (Mouro e Simões, 2001).

Desde os seus inícios que a profissão esteve ligada à dimensão psicossocial uma vez que atribuía uma grande importância aos problemas sociais individuais.

A *Fase da Legitimação* é influenciada pela crítica de que a atuação profissional era muito marcada pela visão caritativa assistencial. Verifica-se, desta forma, um predomínio da escola funcional marcada pelos objetivos de ação empírica, valorização do investimento na formação e valorização da intervenção (Mouro e Simões, 2001). Já na *Fase da Qualificação*, a sistematização dos conhecimentos empíricos ganha importância sendo que nesta fase verifica-se um novo estilo de atuação marcado por um discurso mais isento, valorizando-se progressivamente o conceito de cidadania (Mouro e Simões, 2001).

O período em que o Serviço Social esteve mais ligado ao Estado Providência (anos 60/70) ampliou a crítica dentro da própria profissão devido à dimensão moralizadora e normativa da atuação profissional questionando-se, particularmente, a imagem do assistencialismo que estigmatizava o seu solo histórico, obedecendo a uma racionalização operativa que permanece na atividade (Mouro e Simões, 2001).

De acordo com Carvalho (2011), o Estado Providência e o Serviço Social possuem uma história em comum, pois, o processo de desenvolvimento do Estado Social corresponde ao desenvolvimento do Serviço Social. Na Europa, desde a segunda Guerra Mundial até aos anos 70, assistiu-se a um grande desenvolvimento e promoção do Estado Providência e do Serviço Social. O Serviço Social clássico, por sua vez, insere-se neste projeto onde há instituições e profissionais qualificados que visavam reduzir as diferenças entre grupos populacionais de uma dinâmica de progresso social que atravessava a sociedade. Este tinha um papel de controlador e de normalizador social, procurando reabilitar os indivíduos com vista à sua integração na sociedade. Neste período é colocado em causa um modelo de integração, de construir a sociedade com os seus semelhantes onde houvesse estabilidade entre todos (Carvalho, 2011).

Assiste-se, entretanto, a uma crise do Estado Providência e verifica-se a saída do capitalismo industrial que, por sua vez, põe em causa o modelo de integração baseado na inclusão de estruturas de trabalho estáveis. Carvalho (2011) sustenta ainda que esta situação se verificava devido à precarização dos laços laborais e do desemprego de massas. Verificou-se também uma crise do modelo de integração e assistiu-se à mobilidade generalizada das estruturas e indivíduos, dificultando a integração de pessoas em estruturas estáveis. Tudo isto traz implicações no seio do Serviço Social, pois, surgem novos públicos distintos do Serviço Social clássico (desempregados, jovens à procura do primeiro emprego e novos pobres) e, por sua vez, surgem novos problemas sociais.

Além disso, verificou-se uma recomposição das intervenções sociais através da inserção e da territorialização. A inserção traduz-se por uma transição, uma forma original de acompanhamento de novos públicos com dificuldades de integração que deveria desembocar no regresso ao trabalho e na resolução de problemas quotidianos (Carvalho, 2011). No que diz respeito à territorialização, as intervenções sociais possuem um carácter local a nível de gestão e de planeamento dos programas sociais. Estas intervenções não são tuteladas apenas por um organismo e implicam a participação de todos os atores da comunidade. As coletividades locais ficam responsabilizadas por programas sociais. As intervenções sociais herdaram estas dificuldades e traduzem-nas em novas práticas (noção de contrato, de projeto e de ativação) (Carvalho, 2011). A lógica da contrapartida está ajustada a uma situação particular em oposição à lógica de atendimento por categorias abstratas de beneficiários/ cidadãos com direitos. Substituiu-se, assim, a lógica de assistência pela lógica de inserção onde os direitos se individualizam e se contratualizam e onde o Assistente Social se torna um gestor minucioso desta nova dinâmica de direitos e deveres. As intervenções tornam-se mais complexas e é necessária mais imaginação e iniciativa para acompanhar uma pessoa na sua trajetória. Contudo, estas orientações só se tornam possíveis baseadas em apoios coletivos, pois, só assim, se consegue enfrentar a individualização dos problemas. É aqui que a presença do Estado se impõe como garantia das condições mínimas de independência social em nome da coesão social (Carvalho, 2011).

De acordo com Reamer (*apud* Mouro e Simões, 2001), as questões da ética profissional acompanham as metamorfoses que a profissão foi sofrendo ao longo dos tempos. Primeiramente, vigoram as preocupações paternalistas, morais e religiosas sendo de salientar que, em 1919, surgiu a primeira tentativa de impor um código de ética à profissão. Ao longo dos tempos, o trabalho social foi evoluindo e, nos anos 60, os seus valores encontravam-se fortemente instalados, estando a intervenção centrada nos domínios mais valorizados na época como os direitos humanos e civis, a justiça social, a igualdade e o respeito pelos outros indivíduos da sociedade. Na década de 80, a ética no trabalho social toma um novo rumo relacionado com as fronteiras da profissão. O Serviço Social preocupa-se com questões éticas e, naturalmente, consagra a confidencialidade e a privacidade. É importante referir que os problemas éticos do Serviço Social se devem às metamorfoses políticas e sociais que se verificaram ao longo dos tempos. Segundo Sarah Banks (*apud* Mouro e Simões, 2001) há orientações com impacto nos valores da

profissão como a especialização e fragmentação do trabalho, desenvolvimento do trabalho multidisciplinar e crescimento dos procedimentos do governo institucional. *O assistente social assume um papel de monitorização, vigilância e recolha de provas, o que resulta na burocratização do trabalho social.*

Neste contexto, este deixa de ser um profissional reflexivo a utilizar o discernimento profissional para começar a assumir antes um papel de técnico a cumprir regras. Verifica-se que a grande necessidade de pedidos institucionais onde se trabalha diminui a possibilidade de um trabalho individual e coletivo focado no desenvolvimento. Tal como Yolanda Guerra refere (1995, *apud* Mouro e Simões, 200), a tendência atual de individualização em detrimento do coletivo, do pragmatismo em detrimento da ideologia e da reflexão e do curto prazo em detrimento do processo de mudança são críticas para a profissão. É necessário incorporar as transformações sociais globais em desenvolvimento e refletir sobre o posicionamento do Serviço Social.

Na história do Serviço Social, a *Fase do Sincretismo* (1960/1965) assume uma importância particular. Neste período, a conduta profissional caracterizava-se por atribuir um caráter global e indiferenciado à atuação em terreno, o que permitiu fortalecer vínculos institucionais usados para consolidar o pensamento conservador no que se referia ao controlo social bem como na sua entrega ao estatuto polivalente de corpo intermédio na relação do poder com a sociedade civil. Tudo isto lhe atribuía um cunho reformista devido à modificação da sua experiência prática fruto da evolução de diferentes contornos do sistema de gestão social a nível histórico e conjuntural (Mouro & Simões, 2001). Esta tendência afirma-se quando o Serviço Social decide beneficiar a valorização de uma prática profissional baseada numa cultura de comportamento ideológico.

O processo descontinuado de qualificação do Serviço Social aguçou uma erosão e desfasamento no perfil da sua identidade profissional, contribuindo também para uma crescente dessincronização existente na sua vertente social de projeção profissional (Mouro & Simões, 2001). Verificava-se, por um lado, um avanço do Serviço Social no sentido de definir o seu espaço profissional de acordo com a articulação entre os interesses de um crescimento profissional marcado por uma valorização profissional e as necessidades históricas e sociais. Por outro lado, assistia-se a um desenvolvimento do Serviço Social baseado na dinâmica do processo político e na adaptação da sua cultura técnico-profissional às necessidades instrumentais da política social. Portanto, o padrão

de reconhecimento profissional resulta da junção de duas formas operatórias de identificar os diferentes parâmetros em que se mediatiza a identidade profissional.

Inicialmente, falava-se de uma prática profissional do Serviço Social como resultado das condições de cariz histórico-sociais de emergência, mas a sua dinâmica de consolidação profissional passou a ter como base a prática da sua atuação (Netto, 1992 *apud* Mouro & Simões, 2001). É importante salientar que, no que se refere à atuação profissional, a fragilização da identidade histórica do exercício profissional levou a uma descaracterização da sua ação pois na sua atividade, o Serviço Social confundia o accidental com o essencial, possuía uma atitude profissional imitativa e empenhava na resolução de conflitos secundários (Mouro & Simões, 2001).

As alterações no seu comportamento profissional são fruto de um descondicionamento na necessidade de ter de lutar por uma afirmação no mercado de trabalho. A pragmatização política da ideia do Estado-Providência por parte do capitalismo levou o poder político a reorientar e a redirecionar as suas formas de intervenção na ação social. A redefinição do conceito de bem-estar social bem como o alargamento dos benefícios sociais como forma de o capitalismo desenvolver e fazer valer a sua política pautada pela igualdade e pela solidariedade fazem com que haja uma maior necessidade de investir nas políticas sociais. Desta forma, assistiu-se a um aumento das respostas funcionais e institucionais que moldam a redefinição da tomada de decisão do poder político na área social (Mouro & Simões, 2001). Desta forma, o Serviço Social presencia o desenvolvimento no campo da atuação profissional (Mouro e Carvalho 1987: 52 *apud* Mouro & Simões, 2001).

A reformulação ideológico-concetual da ideia de necessidade social e com o alargamento de novos espaços de atuação profissional, a ação prática do Serviço Social passa a estar focada não só no indivíduo enquanto problema, mas, principalmente, no sentido de privilegiar uma visão tecnológica da gestão do campo social. A fragilização da sua identidade histórica levou a um questionamento dos seus limites históricos. O seu caráter ideológico também foi alvo de uma certa controvérsia devido à sua vinculação ao Estado (Mouro & Simões, 2001) que, por ser um grande empregador dos Assistentes Sociais, levou a uma desertificação na imagem profissional do Serviço Social. Esta situação desenvolveu-se e agravou-se progressivamente devido principalmente à crise da legitimação do Estado de bem-estar social e complicou-se devido à burocratização do funcionamento do sistema de segmentarização social.

Devido a esta situação, o Serviço Social reage com um esvaziamento no seu imaginário profissional, assumindo uma postura hermética. A setorização da atividade profissional do Serviço Social fez com que o mesmo perdesse o seu carisma socioprofissional (Mouro & Simões, 2001).

Segundo alguns estudos sobre *o estado atual da formação em Serviço Social em Portugal* (Martins & Tomé, 2008) realizado no âmbito do núcleo de estudos e de investigação do Mestrado em Serviço Social, verificou-se que o curso de Serviço Social foi incluído na área dos *serviços sociais* e, segundo o mesmo relatório, 4,5% dos diplomados em estabelecimentos de ensino superior são da área dos serviços sociais. Esta área diplomou 12.719 alunos, número que corresponde a 2,2% do total de licenciados nos períodos compreendidos entre 1996/1997 e 2005/2006. Neste mesmo período, licenciaram-se 5.869 alunos em Serviço Social e, no final de 2007, o centro de emprego possuía 812 assistentes sociais inscritos sendo que uma grande parte procurava o primeiro emprego. Apesar de o nosso país ainda estar longe de atingir as percentagens de licenciados no ensino superior dos países mais desenvolvidos da União Europeia, o mesmo possui já problemas de desemprego. Portugal não pode dispensar de recursos humanos especializados, mas, nos últimos anos, tem-se verificado, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, uma redução substancial do emprego na administração pública. No Serviço Social tem-se verificado, nos últimos anos, um desenvolvimento desta licenciatura em escolas privadas, públicas e um aumento do número de vagas, inscritos e licenciados. Além disso, tem-se verificado também uma perda progressiva do emprego na administração pública que não é contrariada pela criação de novos empregos noutros setores de atividade.

Seguindo estes estudos, e no que se refere ao mercado de trabalho dos assistentes sociais, podemos dizer que, de acordo com dados recolhidos entre 1996 e 1999, estes profissionais vinculados à administração pública trabalhavam essencialmente no Ministério da Justiça, no Ministério da Solidariedade e Segurança Social, no Ministério da Saúde e nas Câmaras Municipais. As áreas onde havia uma menor empregabilidade destes profissionais eram o Ministério do Ambiente, da Defesa e da Administração Interna.

De acordo com Carvalho (2010) esta é uma profissão essencialmente feminina sendo que, aproximadamente, 3.000 pessoas ligadas ao social são sócias da APSS (Associação de Profissionais do Serviço Social). A sua ação exerce-se na Administração

Central (Ministérios e Instituições públicas) e local (Câmaras Municipais e Juntas de freguesia), em Organizações Não Lucrativas e algumas Lucrativas bem como em empresas. Na Administração Central inserem-se em políticas setoriais nas áreas do Serviço Social (ação direta, luta contra a pobreza, crianças e jovens em situação de risco, apoio aos idosos, deficientes e toxicodependentes), principalmente na concretização de suportes económicos e sociais; na área da saúde e nos cuidados primários (cuidados continuados, pessoas dependentes, gabinetes do utente e atividades de prevenção), nos hospitais (apoio psicossocial aos doentes, à sua família e continuidade de cuidados ao domicílio) e ainda nos centros de tratamento de toxicodependência. Além disso, no mercado de trabalho dos assistentes sociais incluem-se atividades na área da justiça, nomeadamente, na reinserção social dos reclusos e estabelecimento de planos de reinserção social. Os assistentes sociais exercem também a sua atividade na área do emprego e da formação, acompanhamento de cursos de formação para uma população vulnerável. Na educação e na habitação, a sua atuação é menos expressiva, inserindo-se na área de ação social/ sociocultural e de saúde e/ou habitação das autarquias onde desenvolvem projetos comunitários e de promoção do bem-estar da população (Carvalho, 2010). Nas organizações não lucrativas podemos inserir as IPSS onde os assistentes sociais podem exercer a sua profissão em empresas na área dos serviços sociais de apoio aos funcionários e em seguradoras, embora haja um número pouco significativo (Carvalho, 2010).

No nosso país não existe uma profissão liberal em Serviço Social, mas, ultimamente, tem surgido empresas associadas ao cuidado do idoso, lares e ajudas domiciliárias que recrutam assistentes sociais para exercer a atividade no setor público (Carvalho,2010).

De acordo com Chaves (2010), a política social constitui-se como um dos fatores contextuais de grande alcance para o Serviço Social tendo como pano de fundo as alterações bem como as tendências de mudança societal contemporânea. O Serviço Social enquanto profissão, cuja emergência precede à construção do Estado social, é indiciadora e encontra-se inscrita nos movimentos do Estado liberal para a forma do Estado moderno, configurando um específico modo de regulação e de dispositivos institucionais traduzidos em políticas sociais. O Serviço Social como profissão encontra-se inserido na estratégia de regulação social do Estado moderno e a relação existente entre Serviço Social, Estado e política social encontra-se dominada pela dependência, autonomia, necessidade e conveniência, de extensão e retração do Estado. O desenvolvimento do Serviço Social

como profissão e como disciplina insere-se no contexto do crescimento da intervenção do Estado bem como da sua solidificação enquanto Estado de bem-estar.

De acordo com a mesma autora (2010), devido à intensidade do processo de globalização, nos últimos anos vivemos num contexto de mudança e assiste-se à construção de novas formas e relações a nível dos processos de regulação social, das instituições e da ação dos agentes sociais e, ao mesmo tempo, altera-se a configuração da relação entre Estado, mercado e cidadãos. O Serviço Social enquanto formação da modernidade bem como da estratégia de regulação do Estado de bem-estar faz parte destes processos de mudança social designadamente através da ação dos profissionais nas instituições e organizações e ao nível da formação dos assistentes sociais. Nesse sentido torna-se necessário compreender quais são os impactos destas mudanças para o Serviço Social nomeadamente a nível das políticas sociais. As sociedades estão a experimentar um enorme processo de mudança social que está a acontecer de forma veloz e que afeta direta ou indiretamente o nosso dia-a-dia embora de forma distinta devido ao contexto em que cada um de nós se encontra inserido.

As diferentes mudanças em curso são vistas de maneira diferente. De acordo com Castel (1997) a crise da sociedade salarial designa-se por “Nova Questão Social” onde o desemprego estrutural e a desintegração social provocada pela perda dos laços sociais motivados pela vida profissional se tornam nos pontos fulcrais no que diz respeito à perda da coesão e identidade. As necessidades na nova economia global são acompanhadas pelo aumento do desemprego, da desigualdade e da pobreza. Como referem Duque e Calheiros “os fenómenos de ‘exclusão social’ sucedem-se à escala global, em territórios onde aparentemente não era suposto tal realidade acontecer” (2011: 48). E não deixa de ser curioso, chamam a atenção os autores do artigo, que “o conceito de ‘exclusão social’ surja no vocabulário político pela mão dos governos socialistas franceses nos anos 80, os quais pretendiam com esta noção designar o conjunto de pessoas que viviam à margem da sociedade e sem proteção social. O seu uso generalizou-se e passou a designar também a solução do próprio problema. Por isso mesmo, o vocábulo ‘exclusão social’ passou a estar intimamente associado à ‘coesão social’” (2011: 48). Neste contexto, o social surge cada vez mais associado às desigualdades, à pobreza e à exclusão social.

Existem novas desigualdades diferentes das do passado, pois, as da atualidade são estruturais e multidimensionais. Há cada vez mais um fosso entre ricos e pobres bem como entre inclusão e exclusão devido a fatores simbólicos, culturais e sociais.

A diversidade étnica, cultural e religiosa que caracteriza cada vez mais as sociedades contemporâneas dificulta a inclusão social.

A nível demográfico, em resultado destas mudanças motivadas pela globalização, verifica-se um envelhecimento e prolongamento do tempo de vida da população possuindo um impacto significativo no campo social. A migração, bem como os processos de diáspora favorecem a diversidade e a diferença cultural das sociedades. Há cada vez mais uma tendência para viver sob um panorama de insegurança e de incerteza sendo esta insegurança produzida, de acordo com Becker (1992) pelo processo de desenvolvimento. As pessoas tornam-se cada vez mais individualizadas e o desenvolvimento económico e social moderno criou um viver em sociedade que é, cada vez mais, exigente e oferece menos laços e caminhos.

2.2. O desencanto social criado pela pós-modernidade

Como é comumente aceite, a pós-modernidade é um movimento de rutura que se iniciou no final do século XX durante o qual a era industrial, até então sinónimo de progresso e de avanço, foi sendo substituída pela crise e pelo sentimento de descrença. Encontra-se, portanto, profundamente ligada ao mundo informático e cibernético, onde o conhecimento científico se encontra patente na informação modificada em conhecimento na sua forma organizada, guardada e pronta para a sua distribuição (Barbosa, 1985). Contrariamente à era industrial, na fase pós-moderna, o sujeito, o global, a razão e o avanço são conceitos em crise, já que durante esta fase a sociedade é profundamente marcada pelo caos, pelo efémero e pela fragmentação. Fruto da modernidade, a era pós-moderna é o reflexo da não realização das promessas de desenvolvimento e de progresso, ou seja, esta época é a personificação da falência do Estado de bem-estar social.

Nesta etapa da humanidade verifica-se um desencanto social relativamente à ciência, à religião e à política (Weber, 1992: 67, *apud* Duque, 2014, 30). Toda a ideia de verdade e de desenvolvimento passou a ser posta em causa e questionada. Podemos referir que a comunicação e o consumo contribuíram fortemente para esta nova atitude da sociedade que passou a duvidar das ideias tradicionais que deixaram de ser assumidas como referências válidas. Para a nova sociedade, o que passou a ser valorizado foi o imediato, o aqui e o agora, pelo que, como nos refere Duque (2012: 122), “hoje ninguém tem tempo”.

A pós-modernidade é essencialmente uma crítica à modernidade, aos seus valores e princípios sendo que esta nova época, contrariamente à anterior, passou a ser marcada por novos valores, princípios e propostas intimamente ligadas à subjetividade, multiculturalismo e pluralidade (Barbosa, 1985).

Segundo De Masi (2000), o que vai definir a época pós-moderna é a passagem da produção de bens para uma economia de serviços, a criação de uma nova tecnologia intelectual, a centralidade de um saber teórico e, entre outros, a predominância de uma classe de profissionais e de técnicos. As metamorfoses verificadas em todo o mundo estimularam transformações em diversos sentidos e nas maneiras de lidar com esses significados sendo uma delas o conhecimento. Durante muito tempo, o conhecimento foi o motor do capitalismo e da tecnologia que, através dele, conquistaram o mundo. Hoje a diferença é a forma como este é utilizado (Drucker, 1999). Contrariamente a outrora, o

conhecimento é hoje um bem público sendo aplicado aos mais diversos setores tendo conduzido assim à Revolução Industrial. Depois disso passa a ser utilizado no trabalho criando assim um aumento da produtividade. Após a 2ª Grande Guerra, o conhecimento começou a ser utilizado no próprio conhecimento, passando a ser o principal fator de produção (Idem, 1999). O mesmo autor sustenta ainda que a mudança na utilização do conhecimento transformou a sociedade e a economia pois começa a ser o fator principal a nível pessoal e económico. Desta forma, na era pós-moderna, o sucesso já não passa apenas pela gestão correta da matéria-prima pois hoje constitui o fator crítico do sucesso. O trabalhador do conhecimento precisa, hoje, da máquina para trabalhar mas a máquina não lhe diz o que fazer. Desta forma, o trabalhador tem de fazer uso do seu próprio conhecimento para realizar as suas tarefas laborais. Durante esta época, verifica-se uma profunda e crescente mecanização do trabalho e, por conseguinte, uma total reformulação do mesmo (Chiavenato, 2000). O fenómeno de mecanização fez com que se fosse substituindo o operário pelas máquinas, visando automatizar e acelerar a produção, conduzindo assim a uma redução de preços, aumento dos mercados e desejo pelo consumo. Neste contexto, “as novas tecnologias propiciaram uma cultura do presente sem profundidade temporal” (Duque, 2012: 118). E a arte, continua este mesmo autor, “expressou esta vivência e as suas aporias. Pensemos, por exemplo, na estética da velocidade que podemos encontrar nos tempos da música. Foram introduzidas técnicas da composição novas anotações de velocidade “Presto” (Muito depressa; muito rápido)”, mais à frente, outra ordem, “Prestíssimo” (O mais depressa possível). As técnicas de aproveitamento do tempo transformam os movimentos humanos em movimentos de cadeias de montagem. Por exemplo, a “máquina de comer” que permite alimentar o operário sem necessidade de interromper o seu trabalho, ou seja, sem necessidade de perder tempo; ou o tiro inteligente que muda e retifica o seu trajeto durante o voo, evitando outros tiros, outros gastos, são tiros que aprendem enquanto caminham” (Duque, 2012: 118).

Atualmente, vivemos numa sociedade bastante diferente daquela onde os nossos pais e avós viveram. Tal como referimos anteriormente, as transformações vividas durante esta época tiveram um impacto significativo nos diversos setores da sociedade a nível económico, político e social, levando a uma necessária reestruturação produtiva e organizativa, o que conduziu a uma perda de dinamismo da economia e a uma diminuição dos postos de trabalho (Charad, 2003). Estas transformações fizeram surgir novas formas de ocupação e de contratos de trabalho requerendo mudanças estruturais e institucionais,

tendo-se verificado também uma homogeneização do trabalho. Tal como podemos verificar na atualidade, na nossa sociedade há também uma tendência crescente para uma subproletarização, ou seja, para o aumento do trabalho parcial, trabalho temporário, precário e subcontratado (Antunes, 2006).

É lícito afirmar que a inovação tecnológica pressiona de certa forma o mercado de trabalho forçando as empresas a investir em capacitação e desenvolvimento, substituindo os trabalhadores menos escolarizados por outros mais capacitados. Devido a muitos fatores, o trabalho é hoje visto como sofrimento, alienação e insatisfação. O trabalho tem de ser ressignificado e ganhar o status de valor e dignidade humana caso contrário nunca evoluirá (Idem, 2006).

De acordo com Bauman (1925), a pós-modernidade é um contexto histórico onde a exclusão aumenta a cada dia, sendo este fator potenciado pelas novas exigências e qualificações para o mundo do trabalho e com as quais a estrutura educacional não está preparada para lidar, conduzindo ao desemprego tão dramático nos dias de hoje. Bauman (1925; Duque, 2003), assim como outros autores, encaram a era pós-moderna de forma bastante crítica, pois, assumem-na como uma referência decepcionante, sem um projeto definido e incapaz de fazer face aos desafios da humanidade da pós-modernidade. Além disso, verifica-se de uma forma geral uma banalização, um maior consumismo, uma perda de identidade, ausência de referências positivas válidas e a sensação de que o mundo está fragmentado, não havendo projetos estimulantes para orientar os indivíduos e a humanidade (Bauman, 1925). Neste contexto, o mesmo autor impõe o seu pensamento salientando a crise que se verifica na atualidade em relação ao mundo laboral, mobilidade social, cultural e espaço público. Para Bauman (1925), a pós-modernidade caracteriza-se pela desregulação, pois segundo o seu raciocínio, a pós-modernidade pretende fundir a ordem limpa com a exigência de prazer, privilegiando a libertação individual como o maior predicado na contínua autocriação de um universo humano. Este afirma ainda que os homens e as mulheres da pós-modernidade chegam de uma liberdade na procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena.

Vivemos num mundo progressivamente mais mercantilizado onde a produção da vida material foge das mãos dos seres humanos comuns perante a concentração da produção de grandes empresas e do desemprego estrutural que marca a nossa época. Desta forma, verifica-se um sentimento dominante de incerteza profundamente ligado a uma nova desordem do mundo, com o desaparecimento do segundo mundo e a debilidade do

terceiro mundo. Este lado negro é acentuado pela patente desregulamentação económica que é a responsável pelo crescente número de desempregados, de pobres e de sem abrigo (Bauman, 1925).

Perante este cenário é fácil compreender que a pós-modernidade traz consigo profundas metamorfoses onde a tecnologia e a economia globalizada agravam a desordem social e o fortalecimento do capitalismo. A individualização do indivíduo está intimamente ligada à globalização e com os novos desenvolvimentos tecnológicos da sociedade de informação. Com a intensificação dos processos de globalização há uma enorme circulação de produtos e estilos de vida que desafiam para a emergência de novos constrangimentos às identidades e às resistências coletivas, afigurando-se novos desafios para uma redefinição da cidadania e da reflexividade.

Esta racionalidade de que falamos “tem contribuído, entre outras coisas, para a liquidação das visões globais do mundo e para o surgimento de visões da realidade cada vez mais fragmentada. Concretamente, esta racionalidade tem acabado com o domínio da visão global do mundo de raiz cristã e tem facilitado a dissecação das fontes de sentido, da tradição, dos valores, etc.” (Duque, 2003: 48)

De acordo com Carvalho (2010), todas as mudanças que têm acontecido estão a produzir processos de desenvolvimento complexos nos quais o bem-estar social se divide no dia-a-dia dos cidadãos por formas desiguais, ou seja, nos binómios inclusão/exclusão, igualdade/desigualdade, justiça social/ injustiça social. Perante as mudanças e tensões sociais que estas alterações provocam, a necessidade de coesão social é anunciada na agenda política nomeadamente a nível da política social europeia. A política social tendo como pano de fundo o mundo globalizado e face às mudanças e tensões existentes na sociedade está sujeita a novos entendimentos e mudanças. O mesmo autor sustenta que a modernidade, concomitante com o desenvolvimento do capitalismo, promove e baseia-se entre princípios e emancipação que procuram afirmar-se pela liberdade e igualdade e, os de regulação que passaram a gerir a desigualdade social e a exclusão cultural pelo processo de desenvolvimento capitalista e consequente modernização da sociedade. Assim, a desigualdade e a exclusão passa a ser objeto de regulação social. Devido às desigualdades sociais e à exclusão fruto da globalização surgem novos focos de tensão onde surge a necessidade de um novo contrato social capaz de redistribuir a riqueza social e colocar a democracia em novos termos.

O estatuto substantivo da política social é o de proporcionar ao nível do quotidiano dos cidadãos certezas, capacidades, proteções bem como oportunidades de desenvolvimento humano e social. De acordo com Barreto (2002), a política social de bem-estar tem sido alvo de mudanças significativas resultantes das mudanças que têm ocorrido nomeadamente ao nível do capitalismo e da regulação social. A política social é vista quer como parte da crise do Estado de bem-estar social, quer como solução de diversos problemas que as sociedades atravessam. Surge, assim, a necessidade de um novo contrato social e, a par disso, a persistência da pobreza tem produzido um aumento do reconhecimento da política social embora esta ainda não tenha sido colocada no núcleo de desenvolvimento político. A política social cujo principal objetivo é a redistribuição da renda tem sofrido os impactos da globalização principalmente devido à adesão às convenções internacionais, ajustes às pressões fiscais e pelo mercado de globalização do trabalho. Pode-se afirmar que todos os países bem como os respetivos regimes de bem-estar pela globalização estão sujeitos à pressão da economia globalizada, reduzindo a autonomia dos Estados nação. De acordo com a Cimeira de Lisboa (2000) versou-se que uma das grandes estratégias europeias era fazer da União Europeia uma das zonas mais competitivas do mundo onde a coesão social constituía um fator importante. A erradicação da pobreza e da exclusão social constituía um compromisso assumido neste âmbito. As alterações que se verificam nas políticas sociais enfatizam tendências mais de retração do que de expansão, salientando os deveres, moralização dos problemas sociais e atenção para a criminalidade e insegurança (Rodrigues, 1999). No que diz respeito ao bem-estar social, verifica-se a tendência para a passagem da responsabilidade do Estado central para o municipal, a passagem de uma provisão universal para uma provisão contextual e, por último, a privatização dos serviços públicos e repartição da provisão social e o apoio a cidadãos. A complexidade da sociedade moderna revela-se contraditória ao nível das formas de gestão do bem-estar social que têm sido cada vez mais introduzidas, principalmente, nos serviços de apoio e cuidado social.

Na contemporaneidade, o Serviço Social surge como uma profissão turbulenta e o estatuto do assistente social mostra-se inseguro e instável. Verificam-se mudanças nas estruturas organizacionais originadas por diversos fatores. De acordo com Dominelli (2004 *apud* Nunes, 2010) desenvolvem-se processos político – gestionários nas organizações do setor social que, procurando acelerar e controlar os processos de intervenção social, contêm o risco de negar a complexidade dos problemas sociais e

conduzir à desprofissionalização e simplificação da complexidade da intervenção social. As tendências da reestruturação dos sistemas de governação produzem efeitos ao nível da instabilidade, fragmentação, conflitos e tensões no Serviço Social. Verifica-se uma maior atenção para cuidados sociais residuais, modos de intervir menos estruturais, conflitos estruturais entre assistente social e cuidador social com consequências a nível da identidade e valores.

Devido aos elevados modelos de gestão organizativa que estão a ser introduzidos, Clarke (1996 *apud* Nunes, 2010) revela-se duvidoso relativamente ao futuro do Serviço Social, pois, os profissionais estão cada vez mais submetidos à disciplina orçamentária, a critérios e imperativos organizacionais, a uma diversidade de especializações e designações centradas para as intervenções individualizantes segmentadas a nível funcional e profissional. Podemos dizer que a crise do Serviço Social contemporânea é também um dos aspetos da crise deste regime profissional burocrático. Esta crise é consequência do questionamento reflexivo que os profissionais se colocam individualmente e como categoria quanto à qualidade da direção do seu agir, como decorre do facto do Serviço Social e dos seus profissionais serem questionados pelos cidadãos. A desprofissionalização anunciada não significa que hoje o assistente social tenha menos autonomia do que no passado, embora haja mais regulação. Este risco de desprofissionalização decorre das mudanças que estão a acontecer no campo profissional face às tendências societais. Em consequência, verifica-se uma tendência para uma redução de oportunidades do profissional trabalhar e escolher objetivos mais amplos para as intervenções, colocando em causa a sua autonomia, redução de possibilidade de descrição dos casos, por vezes realizando atividades que são opostas à sua opinião enquanto profissional. De acordo com, Clarke (1996 *apud* Nunes, 2010) não se pode aceitar que a desprofissionalização exonere o Serviço Social da sua responsabilidade face às políticas sociais que não aprova porque a questão central da profissão é assumir uma responsabilidade no mundo em que se vive através dos sistemas e políticas com que se opera. O Serviço Social é uma profissão com um agir metódico que se mantém no legado das políticas progressistas, rotuladas de inadequadas pelas correntes neoconservadoras e neoliberais.

Como construção social e de acordo com Faleiros (2006: 35 *apud* Nunes, 2010:13) entende-se que a “profissão é um movimento de articulação de saberes, de luta por espaços e ao mesmo tempo é regulação e corporação”. Face aos riscos de desprofissionalização do

Serviço Social em contextos menos favoráveis ao avanço e aprofundamento de políticas de bem-estar pautadas pela política social questiona-se como é que o seu potencial de libertação pode ser posto em ação no atual contexto das políticas sociais. O Serviço Social mantém-se até hoje no apelo da política social e da nova agenda de política social (Lorenz, 2005, *apud* Nunes, 2010), mas carece de maior aprofundamento crítico nos modos como se insere na cadeia de regulação social (Nunes, 2004 *apud* Nunes, 2010).

No contexto das mudanças verificadas, principalmente no que diz respeito ao Estado de bem-estar social, Ewijk (2009 *apud* Nunes, 2010) sustenta que os profissionais do social desenvolvem novas competências e orientações e, por isso, defende que o Serviço Social deve basear-se na cidadania ativa, definido como um campo de ação, conhecimento e pesquisa, visando o suporte e integração de todos os cidadãos. O foco do Serviço Social reside no apoiar os cidadãos, as suas redes e comunidades, através das áreas de aprendizagem social, dos cuidados sociais e da comunidade.

A política social na contemporaneidade constitui-se como um fator substantivo de contextualização do Serviço Social e perante as tendências de mudança que as sociedades estão a viver este fator é de renovada importância. Face às mudanças a sua consensualização torna-se complexa e as alterações da política social repercutem-se no Serviço Social e no seu posicionamento. A sociedade encontra-se em permanente metamorfose e a cada momento assistimos ao surgimento de novos públicos com novos e complexos problemas sociais. Nesse sentido, quando refletimos nas sociedades contemporâneas é necessário pensar nos públicos do serviço social de forma heterogénea pois possuímos diversas famílias, jovens, crianças, idosos, problemáticas (exclusão, violência, toxicodependência) cada um com os seus contornos, percursos e gestão de identidades distinta. É importante refletir mais acerca dos sujeitos, das suas histórias de vida e problemáticas sociais e refletir menos acerca das categorias sociológicas uniformizadoras que são uma barreira ao trabalho social individualizado. É fulcral pensar nos indivíduos, nas suas identidades pessoais e não somente em atores sociais de quem se espera um desempenho linear e uma resposta constante e invariável. O assistente social trabalha com pessoas e é com esses atores sociais que tem de surgir o trabalho de prevenção e de resolução do assistente social. A multiculturalidade e a necessidade de considerar numa intervenção social está presente nas instituições a todos os níveis (religião, género, das histórias de vida de cada utente, das opções sexuais). Assim, o indivíduo deixa de ser visto como um objeto e começa a ser visto como um interlocutor,

com todas as suas características de identidade no trabalho do e com o assistente social.

É urgente lutar contra o daltonismo cultural para que o assistente social seja capaz de fazer uma intervenção com o outro, de modo a dar-lhe força e autonomia, dentro das possibilidades e limites de cada caso e contexto. Trata-se de conceber um assistente social como um mediador sociocultural e intercultural que conhece, reconhece, respeita e potencia a troca de todas as heterogeneidades socioculturais.

O assistente social deve ser capaz de lidar com cada problema, cada pessoa, cada situação de forma única sentindo-se capaz de enfrentar cada um dos problemas sociais por mais complicados e distintos que estes sejam. Desta forma, a interculturalidade enquanto prática social, termina num paradigma complexo onde a mestiçagem cultural deixa de ser vista como um problema para passar a ser encarada como um objetivo de uma sociedade que se quer mais inclusiva, participativa e onde a multiplicidade não é um obstáculo, mas sim algo comum (Ricardo Vieira, 2014).

Ao longo da sua história, o Serviço Social atravessou diversos desafios, problemas e obstáculos que dificultavam a sua intervenção. As problemáticas que o Serviço Social atravessou ao longo dos tempos deviam-se, tal como já dissemos anteriormente, a novos problemas sociais complexos, heterogeneidade de públicos, falta de respostas sociais adequadas, políticas sociais inadequadas à problemática social, entre outros. Atualmente, verificam-se, de igual forma, problemas no seio do Serviço Social sendo que um dos maiores consiste na falta de capacidade de resposta às diversas problemáticas sociais que hoje se verificam. Atualmente, dizem que não há capacidade para responder a tantos problemas sociais uma vez que simultaneamente há cada vez mais pessoas a necessitar de apoio social e falta de assistentes sociais. Esta questão encontra-se envolta num contrassenso uma vez que, como verificamos anteriormente neste trabalho durante a análise de estatísticas, existe um número suficiente de licenciados em serviço social capazes de dar resposta às problemáticas sociais e realizarem a sua intervenção.

Contudo, apesar de haver um grande número de licenciados nesta área, há também um grande número de desempregados. Daí que surge a dúvida acerca da razão que motiva tal situação. Se por um lado há diversas problemáticas sociais com necessidade de intervenção e se queixam da falta de capacidade de responder a todas as solicitações de ajuda por falta de técnicos, por que razão há tantos assistentes sociais no desemprego à espera de conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho e de contribuir com os seus conhecimentos para suavizar os graves problemas sociais que se impõe no nosso

país? Segundo Fernanda Rodrigues (LUSA acedido em: 16/03/2015) presidente da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS), num comunicado à Lusa, hoje a "grande contenção" na contratação de profissionais e a admissão de técnicos com qualificações mais baixas tem consequências na qualidade da reposta aos problemas sociais. "Tem havido uma grande contenção por parte das instituições públicas e privadas em admitir profissionais (...) e isso tem como consequência muitos profissionais estarem com cargas de trabalho acima não só das suas possibilidades, mas acima do que seria aceitável para garantir uma boa qualidade de trabalho". Além disso, "a falta de recursos existentes tem levado ultimamente a contratar profissionais com qualificações mais baixas, o que nem sempre garante desempenhos com a mesma qualidade e com a mesma exigência profissional". Inês Amaro (LUSA acedido em: 16/03/2015), igualmente num comunicado à Lusa, partilha da mesma opinião, referindo que toda esta situação prejudica a qualidade do serviço prestado pelos assistentes sociais aos diversos atores sociais que enfrentam as mais distintas problemáticas sociais "os assistentes sociais têm-se confrontado com enormes dificuldades", entre as quais o volume excessivo de trabalho. Como Amaro refere, há profissionais que "têm a seu cargo 400 processos familiares e é impossível conseguirem acompanhar um número tão elevado de famílias e pessoas em situação de dificuldade". A acrescentar a esta dificuldade estão as suas situações profissionais que são maioritariamente precárias, "de exploração laboral e, às vezes, a serem secundarizados relativamente a outros profissionais que não têm formação e qualificação para exercerem estes lugares". Estão também a ser confrontados com um novo tipo de públicos "em já não se trata de escolarizar as pessoas ou dar oportunidades de ganharem competências básicas". De acordo com Inês Amaro, trata-se de pessoas com elevados níveis de escolaridade que têm noções sobre o que seria o seu projeto de vida, mas que possuem apesar disso uma "falta de oportunidades efetivas" para o realizar. Além disso, enfrentam o desafio de responder a um número cada vez maior de indivíduos que procuram a sua ajuda, apesar da "pouca disponibilidade de oportunidades e recursos" que têm para oferecer. Esta opinião é sustentada por Fernanda Rodrigues (LUSA acedido em: 16/03/2015) quando refere que, apesar da trajetória percorrida no sentido de fortificar os recursos, "em circunstâncias como a atual há um grande desequilíbrio entre o que seria necessário e aquilo que existe em relação aos problemas". Esta situação contribui para o surgimento de casos complicados para os profissionais que são muitas vezes confrontados com situações difíceis, "em que têm que assumir na primeira pessoa decisões e opções

que não são suas" (*ibidem*).

A presidente da APSS salienta ainda que muitas vezes estas decisões não são de fácil compreensão pelas pessoas, o que "cria um risco grande de insatisfação", muitas vezes manifestado de forma violenta e agressiva. Fernanda Rodrigues refere ainda que "é uma violência muitas vezes proporcional à violência da vida que as pessoas têm" e que "Nós percebemos isso, mas também percebemos que temos que defender os profissionais e colocá-los em situações que não estejam sujeitos a essas agressões" (*ibidem*).

Este ano, o Dia Mundial do Serviço Social tem como tema "Promover a dignidade e o valor das pessoas" (Lusa, 2015), lema que tem sido posto em causa nos últimos anos uma vez que a grande necessidade dos pedidos institucionais onde se trabalha diminui a possibilidade de um trabalho individual e coletivo focado no desenvolvimento. Todos os dias, ouvimos nas notícias que não há técnicos suficientes para responder a todas as situações sinalizadas nas mais variadas áreas quando, factualmente, há tantos técnicos à espera da sua oportunidade para exercer a sua profissão.

Como vemos, a situação que aqui se pretende ver retratada é complexa e paradoxal, na medida em que, como dizíamos anteriormente, há, por um lado, excesso de trabalho, e, por outro lado, há tantas pessoas formadas na área do Serviço Social à procura de emprego. O que torna tão difícil equilibrar a oferta e a procura de emprego nesta área? Será que os técnicos de SS não se sabem adaptar ao contexto da contemporaneidade? O que podemos fazer para melhorar esta situação? São estas e muitas outras perguntas que gostaríamos de ver resolvidas neste trabalho.

2.3. Trabalho, Emprego e Desemprego

Para a compreensão da temática do desemprego é importante, primeiramente, abordar alguns conceitos como o **trabalho**, o **emprego** e o **desemprego** tentando, simultaneamente, compreender a sua evolução ao longo dos tempos.

De uma forma geral, podemos referir que o **trabalho** corresponde a uma necessidade natural do ser humano uma vez que este é essencial quer à sua existência, quer à sua sobrevivência. Segundo Duque (2013: 81-82) “para a larga maioria das pessoas ter um trabalho representa a satisfação das necessidades básicas que permite a resolução dos problemas do dia-a-dia, para outros, o trabalho é entendido num contexto de autorrealização pessoal, em que se valoriza mais a sua qualidade que os benefícios económicos que dele podem decorrer”. Portanto, o trabalho constitui, por um lado, uma garantia de subsistência do ser humano que exerce a sua atividade profissional para auferir de um rendimento que utiliza para adquirir os bens essenciais à sua sobrevivência, mas, por outro, uma fonte de realização pessoal.

É comum ouvir expressões como “gosto do que faço”, “trabalho por vontade”, “se não trabalhar, a vida não tem sentido”. Estas e muitas outras expressões não são mais do que formas que revelam o grau de identificação do indivíduo com o seu trabalho, permitindo depreender até que ponto ele é central para a identidade do sujeito (Duque, 2013: 82).

É lícito afirmar que o trabalho marcou sempre presença na vida do ser humano, tendo contribuído fortemente para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, podemos referir que o trabalho contribuiu bastante para a aquisição de conhecimento a diversos níveis, para o sentimento de satisfação pessoal e profissional, bem como para o desenvolvimento económico do mundo em geral (Marx, 1985). Marx sustenta ainda que o trabalho constitui uma interação do Homem com o mundo natural sendo que os elementos deste último são conscientemente modificados para alcançar um determinado propósito. O trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza para satisfazer as suas necessidades (Marx, 1985).

De facto, concordamos com Duque (2013: 82) quando refere “independentemente da forma como cada um se situa perante o trabalho, o que aqui se supõe, é que ele constitui, de alguma forma, um fator fundamental na vida da pessoa. Portanto, a importância que ele ocupa (centralidade) é variável de pessoa para pessoa e inclusive

pode ser diferente em cada etapa de vida do indivíduo.

Marques (2006) refere que a definição de trabalho implica considerar variáveis de caráter social, geográfico e etário e ainda tomar em consideração o comportamento da sociedade ao nível da economia, da cultura e do lazer visto que estas variáveis se encontram profundamente relacionadas com a sua situação profissional. O conceito de trabalho abrange quer variáveis quantificáveis como o rendimento auferido, quer variáveis qualificáveis como, por exemplo, a satisfação e a realização pessoal. O trabalho constitui, portanto, um bem que contribui para o bem-estar do indivíduo a todos os níveis. Ao longo dos tempos, o conceito de trabalho sofreu um processo de metamorfose visto que a cada período de tempo correspondiam diferentes aspetos culturais, sociais e políticos. Consoante os tempos, as necessidades e as prioridades desenvolviam-se e alteravam-se. Atualmente, o trabalho envolve a atividade executada em si sendo um esforço planeado e coletivo.

De acordo com certos padrões culturais e sociais, cada sociedade possui uma ideia própria e característica do que é o trabalho atribuindo-lhe um maior ou um menor valor. As mudanças na sociedade ditam as alterações no trabalho e, da mesma forma, a sociedade e os indivíduos também são diferentes na forma como interpretam e valorizam o trabalho. O trabalho não se encontra única e exclusivamente ligado à vertente económica (Antunes, 2000).

Segundo Antunes (2000), as metamorfoses provocadas pela industrialização trouxeram algumas mudanças no contexto laboral do trabalhador fazendo com que o mesmo sentisse uma falta de identificação com o novo ambiente laboral que estava a presenciar. Com estas alterações surgem também algumas mudanças na Lei que são favoráveis pois visavam uma maior justiça laboral. Nesta ocasião, surgiu o direito do trabalhador criado para defender os trabalhadores a diversos níveis como, por exemplo, em casos de despedimentos sem justa causa, aquando da realização de horas de trabalho excessivas sem remuneração, perante más condições de higiene, para a elaboração de seguros contra acidentes, entre outros. Neste contexto de desenvolvimento da produção industrial e devido à produção em massa era urgente promover a eficiência e a eficácia laboral visando uma racionalização da mesma e do seu tempo de execução. Desta forma, surge a abordagem Taylorista do trabalho que consistia na tentativa de produzir o maior número de peças no menor tempo possível sendo que aqui a eficiência era colocada em primeiro lugar, desprezando-se as necessidades do trabalhador. Esta abordagem era,

portanto, um fracasso e para a substituir surgiu a abordagem sociotécnica que promovia um trabalho mais humanizado bem como uma maior democratização da empresa, salientando e valorizando as necessidades e as qualidades dos trabalhadores.

Continuando com o mesmo autor, os conceitos de **trabalho** e de **emprego** são diversas vezes confundidos e assumidos como sendo a mesma realidade. Apesar de se encontrarem profundamente interligados, os conceitos de trabalho e de emprego são distintos. O trabalho existe a partir do momento em que o ser humano diversifica e modifica o meio que o rodeia sendo que utiliza instrumentos que contribuem para a realização do seu trabalho. Abordando a conceito de **emprego**, podemos referir que este, por sua vez, é um conceito mais recente tendo surgido apenas aquando da Revolução Industrial e baseava-se numa relação de troca em que um indivíduo disponibilizava o seu trabalho e os seus serviços em troca de uma remuneração. De um modo geral, o emprego constitui um cargo ou uma ocupação de um indivíduo numa empresa ou num órgão público (Outhwaite & Bottomore, 1996).

Ao longo dos tempos, os tipos e as formas de trabalho foram-se alterando visto que os seus padrões são fortemente influenciados pela época em que se vive. Há muitos anos, a escravatura dominou algumas sociedades a nível mundial. Nestes casos, o ser humano mais poderoso na sociedade assumia direitos de propriedade sobre outro ser humano mais vulnerável. Este indivíduo, o escravo, era tratado como um objeto, sendo obrigado a trabalhar gratuitamente, sem qualquer benefício. Com o passar dos tempos, os direitos do Homem foram-se afirmando e o trabalho adequado e remunerado começou a marcar presença na sociedade. A evolução da sociedade possibilitou a afirmação de muitos direitos a nível profissional, permitindo ao cidadão trabalhar de forma digna e ser recompensado justamente pelo seu trabalho.

Vivemos cada vez mais num mercado onde a competitividade está presente e, perante este cenário, as empresas sentem necessidade de se adaptarem a esta nova realidade.

A globalização dos mercados e as suas consequências na conduta económica, política e social tem vindo a assumir uma importância cada vez maior criando um cenário onde a competitividade surge como um fenómeno imperativo. A questão da competitividade é hoje um termo bastante comum e abordado no seio das nações e das empresas devido às múltiplas metamorfoses verificadas a título mundial. Tal como sustenta Mariotto (1991), este termo é bastante importante uma vez que hoje

compreendemos a importância de as empresas inovarem e se diversificarem para evitar a concorrência de outras empresas rivais. Desta forma, podemos referir que a competitividade se prende com a capacidade de uma determinada empresa ser bem-sucedida em mercados onde se verifica concorrência de potenciais rivais. Esta prende-se com a capacidade de qualquer organização cumprir a sua missão com mais êxito do que outras organizações e baseia-se na aptidão para conseguir satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes e cidadãos, obtendo uma rentabilidade igual ou superior aos seus rivais de mercado.

Como referia Darwin (op. cit. Mariotto, 1991: 37). na sua obra *Origem das Espécies* "alguns cometem o erro inveterado de considerar as condições físicas de uma região como as mais importantes para os seus habitantes; ao passo que não pode ser questionado, penso eu, que a natureza dos outros habitantes, com as quais cada um tem de competir é geralmente um elemento bem mais importante de sucesso".

É de conhecimento geral que a competitividade é um conceito cada vez mais em voga nos dias que correm. Perante o crescente aumento de oferta de novos e variados produtos, as empresas sentem necessidade de inovar, de competir, de se tornarem melhores como forma de defenderem o seu próprio negócio. Desta forma, estas empresas recorrem a novos e diversificados métodos visando enaltecer aquilo que têm para oferecer e de forma a tornarem-se melhores do que os seus potenciais rivais.

Contudo, é importante salientar que a competitividade deve surgir da vontade de se autodesenvolver e se tornar melhor do que já é, e não pela ideia de ocupar o espaço de outra pessoa ou se tornar melhor do que o outro (José Roberto Marques in *Coaching e Psicologia* acedido em 02/01/2016).

Muitas pessoas encaram a competitividade como algo pejorativo, pois assumem que esta se refere a uma característica de pessoas que se querem enaltecer nem que para isso tenham de prejudicar os outros. Nesse sentido acredita-se que quanto menos competitiva for a empresa, mais beneficiada ela será devido a um ambiente de trabalho mais sadio. Tal como sustenta José Roberto Marques, especialista em *Coaching e psicologia*, os funcionários competitivos têm uma tendência para colocar o bem-estar organizacional abaixo de seu sucesso individual, fazendo com que o ambiente da empresa seja preenchido com uma multiplicidade de sentimentos negativos, ou seja, com um ambiente bastante mais desleal.

É lícito afirmar que a competitividade sadia é bastante vantajosa para o

desenvolvimento de uma empresa uma vez que torna o funcionário mais dedicado ao trabalho. Contudo, é importante salientar que a competitividade possui muitas vezes uma conotação negativa visto que muitos funcionários procuram destaque e notoriedade e, nesse sentido, muitas vezes não olham a meios para atingir fins e beneficiar do reconhecimento que tanto almejam e, por isso, cria-se um ambiente de intriga e de competição doentio prejudicando quer os funcionários, quer a própria funcionalidade da empresa. Perante este sentimento de competição, o trabalho em equipa sai prejudicado pois o funcionário que deseja destaque procura fazer as tarefas sozinho para conseguir o reconhecimento individual.

A competitividade irracional retira a sincronia enérgica dos colaboradores, tornando-os pessoas individualistas e que não sabem aproveitar a oportunidade de trabalhar em equipa que tantas vantagens traz à empresa pela partilha de ideias.

Este fenómeno é cada vez mais visível na nossa sociedade, visto que vivemos num mercado competitivo onde os empregos são cada vez mais escassos e já só quase existe lugar para os melhores. A vontade quase voraz de conseguir um emprego nos dias de hoje faz com que as pessoas adotem este tipo de atitudes por temerem o desemprego.

Perante esta nova conjuntura, torna-se importante abordar a temática que, infelizmente, domina a atualidade – a situação da **falta de emprego/ desemprego**. De acordo com Marques (2009), a **falta de emprego** bem como esta situação que hoje presenciamos a nível laboral marcada pela precariedade e incerteza, possui consequências calamitosas a nível económico, social e político que se encontram intimamente relacionadas com a crise da produção que conduz ao desemprego. Ainda lembrando o mesmo autor, o estudo do fenómeno do desemprego é relativamente recente dado que apenas nos anos 80 se tornou um tema socialmente visível e, portanto, com necessidade de investigação visto que desde essa época se tem vindo a assistir a um aumento significativo e progressivo do desemprego. O desemprego é um produto histórico de uma sociedade baseada no mercado, o capitalismo, onde tudo foi transformado numa mercadoria sendo a força do trabalho um alvo central desta mudança. De acordo com Tumolo (2004), as vivências do ser humano são um produto histórico que se encontram fundadas na lógica do capital no seu movimento contraditório, não estando apenas centradas no desemprego enquanto fenómeno social isolado. Tumolo (2004) refere que o desemprego é um dos maiores problemas da contemporaneidade sendo, por isso, foco de uma profunda análise.

De acordo com Pochmann (2001 *apud* Tumolo, 2004), em 1999 um em cada três trabalhadores no mundo estava numa situação de desemprego ou de subemprego. A falta de emprego é, definitivamente, um dos grandes problemas do século não só pelos seus efeitos a nível económico mas também pelas suas consequências a nível social. A falta de trabalho atinge particularmente o trabalhador e a sua família. A pessoa que se encontra desempregada sente-se inútil, com baixa autoestima visto que sente que não contribui para o desenvolvimento da sociedade nem mesmo para as despesas da casa onde vive. As vivências e experiências de desemprego são múltiplas e experimentadas de forma particular de indivíduo para indivíduo. Inerentes a esta situação de ausência de emprego, existe uma diversidade de consequências objetivas e subjetivas que afetam o indivíduo desempregado e que diferem em função de alguns fatores.

Relativamente às consequências objetivas, ou seja, às consequências mais diretas do desemprego destacamos a perda do rendimento salarial. Sem emprego, os indivíduos deixam de receber um salário e, dependendo dos casos, começam a receber um subsídio de desemprego que é sempre inferior ao salário anteriormente obtido pelo exercício da atividade profissional. Esta situação conduz a uma certa vulnerabilidade económica pois as despesas do indivíduo continuam a ser as mesmas tendo de ser pagas com um rendimento inferior. Estas dificuldades aumentam quando o indivíduo não consegue encontrar trabalho durante o tempo que tem direito a auferir do subsídio de desemprego. Um tempo depois de auferir da totalidade do subsídio de desemprego, quando reúne as condições para receber o mesmo, este é diminuído até ser totalmente retirado. Há pessoas que pelo facto de não terem conseguido encontrar trabalho nesse prazo se viram confrontadas com a ausência total de rendimento. Esta situação é bastante complicada pois conduz a uma inevitável fragilidade económica podendo, em alguns casos, falar-se de risco de pobreza.

Nestes casos de vulnerabilidade económica, o sujeito desempregado sente-se incapaz e dependente pois, por necessidade de sobreviver, este vê-se obrigado a recorrer a ajuda de familiares. Tudo isto faz com que este se sinta um encargo relativamente às pessoas que o ajudam, contribuindo para aumentar o seu sentimento de culpa, de vulnerabilidade e de fragilidade económica. Tal como Tumolo (2004) refere muitas vezes verifica-se tensão no seio familiar. Algumas vezes, o desempregado não pode contar com o apoio da sua família ficando desamparado financeiramente. Os cônjuges geralmente são descritos como indivíduos que fornecem apoio afetivo e material pois estimulam a

procura de emprego e assumem as despesas da família. Contudo, verifica-se uma perda da qualidade da relação entre o casal pelas preocupações geradas pelo desemprego uma vez que há uma consciência de responsabilidade em prover os bens necessários para os filhos e simultaneamente a preocupação em não conseguir cumpri-la.

O mesmo autor sustenta ainda que a quebra do padrão de consumo é um fator central e conseqüente da situação de desemprego. Os desempregados não conseguem renovar os seus bens, vendem bens para conseguir dinheiro e, por vezes, contraem dívidas. Nesta fase de privação de emprego, os desempregados sentem uma perda do poder de decisão sobre a conduta das suas vidas pois o desemprego gera uma dependência de outras pessoas que são os provedores das suas necessidades básicas.

Além disso, verifica-se um certo distanciamento social e diminuição de encontros sociais devido à tentativa de reduzir despesas.

O trabalho possui junto da maioria das pessoas um papel central. Todas as pessoas atribuem bastante valor ao seu emprego uma vez que é este que lhes permite ter um certo objetivo de vida, que lhes permite ter um rendimento, sendo também importante para “construir” um círculo de amigos ou de colegas que partilhem o mesmo contexto. Portanto, quando este papel social é “roubado”, uma parte de cada um é, no fundo, destruída. Lembrando Caleiras (2015), as vidas das pessoas são ‘vidas de trabalho’ independentemente do facto de estarem descontentes com as condições de trabalho e/ou remuneração. É como se a autossatisfação que sentem por ter um trabalho compensasse todas as outras condições mais negativas que os deixavam descontentes. Este romper com a norma faz com que se sintam descontentes com esta nova posição, situação que se agrava quando se verifica um prolongamento da mesma. A ausência de trabalho contribui para o sentimento de inutilidade do indivíduo uma vez que não realizando nenhuma tarefa, este sente que não está a contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Sem trabalho este vê destruído os seus objetivos de vida bem como a sua oportunidade de evoluir enquanto pessoa e profissional pois está privado de aprendizagem. Neste contexto de privação, o trabalhador sente-se frustrado e incapaz.

O desemprego é sempre negativamente vivido e nunca deixa ninguém indiferente quer pela fragilidade económica que este provoca, quer pela falta de realização profissional e sentimento de utilidade inerente ao mesmo. Junto da população mais jovem, verificam-se queixas que se prendem com exploração, trabalhos mal remunerados, incapacidade de organizar a vida pela falta de trabalho. Sentem que estudaram para nada

pois o facto de ter uma licenciatura não lhes facilita o caminho para encontrar um trabalho digno, na sua área de formação, nem lhes permite obter um salário mais elevado, comparativamente à mão-de-obra não qualificada. Os mais velhos vivem igualmente de forma agonizante esta situação pois pensam que com a idade que possuem não conseguirão encontrar trabalho pela discriminação da idade que tanto se sente atualmente. Portanto, o desemprego é sempre vivido de forma pejorativa pela maioria das pessoas. Todos os indivíduos experimentam sentimentos de desânimo, angústia, desvalorização, inutilidade e até mesmo de revolta (Caleiros, 2015). O autor sustenta ainda que além destes efeitos de carácter psicológico, os indivíduos vivem ainda uma certa resignação, acomodação e desorganização dos modos de vida. O desemprego cria junto dos indivíduos e do seu seio familiar uma certa instabilidade no seu dia-a-dia, insegurança em relação ao futuro, ausência de objetivos e de expectativas de cariz não só profissional mas também afetivo.

O desemprego encontra-se profundamente ligado a situações de risco social. Além das consequências económicas que muitas vezes conduzem à pobreza, uma parte considerável das pessoas desempregadas experimentam níveis elevados de depressão, stresse, angústia, desespero, derrotismo e perda de esperança. De acordo com Cook (1991), o desemprego é uma situação de perda, inquietação, isolamento social e uma perda progressiva de otimismo relativamente a encontrar emprego. O mesmo autor sustenta ainda que o desemprego é uma espécie de montanha russa emocional caracterizada por uma perda, preocupação e reações de esgotamento de procura de emprego associado a um sentimento de inadequação, depressão, baixa autoestima, aumento de stresse, isolamento social e tendência crescente para isolamento, doença psiquiátrica, mudanças de estado de espírito ou disposição irregular e perda crescente de otimismo acerca de encontrar emprego.

Diversos estudos têm sido desenvolvidos para compreender as consequências do desemprego junto dos indivíduos que se deparam com uma situação de ausência de trabalho involuntária. Desta forma, verifica-se que o desemprego está associado ao desenvolvimento de distúrbios psicológicos e baixa autoestima, emergência e agravamento de diversos problemas sociais.

A condição de desemprego influencia a vida do desempregado como um todo mesmo quando o desempregado não está a procurar trabalho (que é também uma tarefa bastante desgastante a nível psicológico). As tentativas frustradas de reingresso no

mercado de trabalho levam a uma perda de esperança e a um sentimento de desespero. As preocupações inerentes ao desemprego influenciam as outras atividades do desempregado pois afetam a forma como este se relaciona com as outras pessoas como também prejudicam as horas dedicadas ao descanso.

Os desempregados muitas vezes sentem culpa pela situação em que se encontram pois atribuem à sua insuficiente qualificação profissional, experiência, idade avançada e raça as causas do seu desemprego.

Os sentimentos gerados pela situação de desemprego possuem uma conotação desagradável associada a uma experiência de sofrimento.

O desespero, a perda de esperança, desamparo, tristeza, revolta, desorientação são sentimentos verbalizados e expressos. O desemprego é uma experiência de grande sofrimento para os desempregados e que denota o processo da sua degradação enquanto seres humanos (Tumolo, 2004). O desemprego é uma situação cada vez mais frequente no nosso país e no mundo sendo responsável por um aumento de patologias de caráter psicológico no seio da população. A ausência de emprego é devastadora pelas múltiplas consequências negativas pelas quais é responsável e que tendem, infelizmente, a aumentar.

É importante referir que um indivíduo desempregado não é uma pessoa sem trabalho, mas sim alguém que não possui um emprego remunerado. São desempregados os indivíduos com idade mínima de dezasseis anos e que se encontram sem trabalho remunerado, que está disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não e que tenha procurado ativamente trabalho durante o último mês. Um desempregado caracteriza-se não por uma ausência de trabalho, mas sim por uma ausência de emprego remunerado. Incluem-se também os indivíduos que se encontram numa situação de desemprego involuntário ou que realizam trabalhos irregulares (INE). Tudo isto pode conduzir, mais cedo ou mais tarde, a atritos no seio familiar, comprometendo o convívio social.

O desemprego aparece, na maior parte das vezes, intimamente ligado à pobreza e à exclusão social. Esta situação leva à necessidade de estudar esta problemática que já não é assumida exclusivamente como um problema meramente económico, mas também como um problema social grave. O desemprego é uma realidade atual sendo um fenómeno maioritariamente associado à vertente económica e às consequências negativas a ele associadas. Contudo, além de ser um grave problema económico, o desemprego

constitui principalmente um problema social. É importante referir que os longos períodos de desemprego encontram-se intimamente ligados ao mal-estar psicológico, à deterioração do bem-estar físico do indivíduo bem como à sua desagregação social. Devido à situação de desemprego, a autoestima do indivíduo diminui, este sente-se insatisfeito com a vida, levando-o a isolar-se da sociedade. Podemos referir que o desemprego é um dos maiores fatores de exclusão social que conhecemos uma vez que a diminuição do poder económico do indivíduo desempregado leva-o a, inevitavelmente, abrandar a sua vida social e a deixar de frequentar os habituais contextos de socialização.

Como referimos, as pessoas desempregadas vivenciam problemas sociais, psicológicos e físicos, não sendo o desemprego um fenómeno unicamente ligado ao carácter económico. Podemos referir que o desemprego possui uma multiplicidade de efeitos negativos que se refletem no bem-estar do indivíduo e na sua qualidade de vida. Entre os efeitos provocados pelo desemprego podemos salientar a diminuição da autoestima, o desespero, a vergonha, a apatia, depressão, a desesperança, o sentimento de inutilidade, a perda de objetivos e de metas. Decorrente deste cenário, surgem os efeitos sociais deste fenómeno e aqui podemos destacar a pobreza, a perda de estatuto social, a desagregação da vida familiar e diversas formas de comportamento antissocial. O desempregado é muitas vezes e de forma injusta encarado pela sociedade como delinquente, o que contribui para o aumento exclusão. O desemprego é um problema social que resulta sobretudo das transformações económicas, sociais e tecnológicas ocorridas na sociedade nas últimas décadas. Segundo Centeno, Erskine e Pedrosa (2000), o emprego é encarado não só como fonte de rendimento, mas como um meio de criação e desenvolvimento de laços sociais.

Neste contexto, o desemprego é tido como um dos problemas sociais mais graves da atualidade, uma vez que leva milhares de famílias à miséria pois vêm-se privadas do trabalho que era a sua única fonte de rendimento e de sobrevivência. Além disso, tal como referimos anteriormente, a falta de trabalho compromete a dignidade humana pois para muitas pessoas o desemprego é sinónimo de humilhação e de mal-estar social. A quebra no padrão de consumo é um efeito central do desemprego e o facto de não possuir recursos financeiros pode conduzir o desempregado a contrair dívidas (Tumolo, 2004). Os desempregados referem que perdem, muitas vezes, o poder de decisão pois esta situação desenvolve uma certa dependência e submissão em relação ao outro que os está a ajudar, acatando mais as suas regras. De uma forma geral, os desempregados atribuem uma

grande importância ao trabalho como meio principal para obter uma remuneração. Com o desemprego verifica-se uma alienação social, pois diminui a frequência de encontros sociais de forma a reduzir despesas.

O aumento do desemprego, ao longo dos tempos e as preocupações que ele transporta, levaram a um estudo mais aprofundado. Marques (2009) refere que “apenas nos últimos anos se têm realizado estudos voltados para as diversas vertentes do desemprego e não apenas focados na sua vertente económica e isto deve-se, definitivamente, aos novos contornos que o desemprego tem vindo a assumir nos últimos anos”.

Atualmente, verifica-se um desequilíbrio no mercado de trabalho, pois há uma diferença entre a oferta e a procura de trabalho. De facto, o desemprego conduz o indivíduo desempregado a uma situação económica vulnerável. Contudo, as consequências sociais do desemprego são, de uma forma geral, mais dolorosas do que as consequências económicas. Os intermináveis períodos de desemprego comprometem o bem-estar social, físico e intelectual do indivíduo. É de conhecimento geral que o desemprego desperta no indivíduo diversos transtornos e patologias do foro psicológico como é o caso da depressão, dificuldades cognitivas e insatisfação com a vida que originam tendências suicidas. O desemprego encontra-se igualmente relacionado com casos de violência doméstica, desorganização familiar e pobreza. Em contexto familiar, o membro masculino do casal tido anteriormente como o “ganha-pão” da família depara-se agora com uma situação de desemprego e como se sente inútil, esta situação pode provocar violência na família pois surgem diversos desentendimentos. O impacto que o desemprego pode provocar na vida de uma pessoa é variável. O desemprego é o resultado do despedimento económico, refletindo também a disfuncionalidade do mercado de trabalho, a quebra do percurso profissional e de vida e também a rutura social (*idem*, 2009).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o conceito de desemprego engloba o facto de não possuir um trabalho remunerado, de se encontrar apto e disponível para trabalhar e ainda o facto de o indivíduo se esforçar para encontrar um emprego (Giddens, 2010). Segundo Tumolo (2004), a situação de desemprego não significa que os desempregados possuam tempo livre para outras atividades que não se encontrem ligadas ao mercado de trabalho. Os desempregados necessitam de usar o tempo disponível para desenvolver tarefas que lhes criem oportunidades de inserção no mercado

de trabalho. O desemprego influencia a vida do desempregado de forma global visto que mesmo quando o desempregado não está a realizar tarefas ligadas à procura de emprego, este está envolvido numa situação de desemprego. O autor acrescenta ainda que a preocupação com a situação de desemprego influencia outras atividades relacionadas com o desempregado pois determina, de certa forma, a maneira como os desempregados se relacionam com as outras pessoas (idem, 2004). Muitos desempregados culpabilizam-se pela situação de desemprego em que se encontram referindo que o mesmo se deve à sua insuficiente qualificação profissional, baixa escolaridade, idade, pouca experiência profissional, entre outros.

O planeamento da vida futura pode ficar comprometido devido à situação de desemprego, pois a falta de recursos financeiros pode ser um entrave ao investimento no desenvolvimento profissional e compra de bens materiais. O desemprego traz sofrimento, desespero, perda de esperança, tristeza, revolta e desorientação, conduzindo à degradação do ser humano (Tumolo, 2004).

Hoje, o desemprego não é uma decisão puramente individual, sendo o desemprego involuntário um exemplo disso. Desta forma, e lembrando Marques (2006), o desemprego involuntário pode ser explicado pela inadequação ou ausência de formação do trabalhador para responder às necessidades de uma determinada empresa. De uma forma ou de outra, o emprego é o reflexo da realidade económica, psicológica e cultural e, por isso, um indivíduo sem trabalho e sem emprego é visto pejorativamente pela sociedade. Atualmente, vivemos um tempo de crise económica e a primeira consequência desta crise é o desemprego bem como a degradação e precarização das condições laborais (Kovács, 2006). Perante tal situação gera-se um pessimismo e um descontentamento geral dos trabalhadores quando tentam encontrar um emprego.

Num tempo de crise económica e de crise laboral, verifica-se um aproveitamento das empresas pela condição do trabalhador. Cada vez mais nos deparamos com empregos mal remunerados, sem contratos de trabalho, a recibos verdes onde os direitos sociais são reduzidos ou mesmo inexistentes e que os trabalhadores aceitam por não terem outra alternativa (Kovács, 2005 & Rebelo, 2000). Cada vez mais se exige e cada vez menos se fazem valer os direitos dos trabalhadores. De acordo com Gonçalves (2009), o emprego precário opõe-se ao emprego estável.

De acordo com Pinto (2006), a precariedade das relações laborais é um fenómeno que varia de sociedade para sociedade e de acordo com o contexto económico de cada

uma delas. Rebelo (2000) afirma ainda que a precariedade no emprego pode assumir formas diversas, afetando grupos sociais diferentes e que apesar de os grupos sociais viverem a precariedade laboral de forma distinta ambos partilham o sentimento de insegurança e de incerteza face ao futuro. As empresas querem reduzir despesas e procuram cada vez mais pessoas flexíveis, polyvalentes e que se adaptem a qualquer contexto laboral. Procuram essencialmente trabalhadores que estejam aptos a realizar os mais diversificados trabalhos de forma rápida e eficaz visando aumentar a produção sem aumentar os custos com a mão-de-obra. Esta situação conduz a uma inevitável redução dos trabalhadores necessários à realização de certas tarefas num contexto laboral, levando inevitavelmente a situações de desemprego. O desemprego é dramático em qualquer situação e tem vindo a aumentar nas suas mais diversas formas, especialmente o desemprego de longa duração.

Depois de diminuir bastante entre março e junho, a taxa de desemprego fixou-se nos 11,9% no terceiro trimestre de 2015. Este valor divulgado pelo INE coloca o desemprego no nível mais baixo desde a chegada da troika a Portugal, em 2011, embora hoje haja menos pessoas empregadas e mais pessoas em situação de desemprego de muito longa duração (47,4% do total de desempregados). No final de setembro, 47,7% dos 618,8 mil desempregados referidos pelo INE procuravam trabalho há mais de dois anos, sendo esta percentagem a segunda mais elevada desde que há registo. Nesta situação de desemprego de longa duração encontram-se 295 mil pessoas, sendo na sua maioria elementos do sexo masculino.

Apesar da estabilização da taxa de desemprego, o número total de desempregados desceu 0,3%. Esta diminuição não se traduziu, no entanto, num aumento do emprego pois a população empregada estabilizou bem como a população inativa e a população ativa.

A leve redução trimestral da população desempregada, cerca de 1600 pessoas, beneficiou em particular os homens, os adultos e as pessoas com o 3º ciclo do ensino básico. Contudo, o número de jovens no desemprego aumentou 13% assim como os desempregados com o ensino superior que são agora mais 19%.

Comparativamente a 2014, os resultados são de uma forma geral mais positivos e a diminuição do número de desempregados foi mais vincada (10,2%), havendo agora menos 70 mil pessoas nessa situação. O desemprego jovem também diminuiu embora os licenciados à procura de emprego tiveram um aumento de 5,5% (INE).

Em 2015 verificou-se o nível de Emprego com crescimento anual mais baixo desde

o final de 2013. Como já referimos, a estabilização do desemprego não foi acompanhada pelo aumento do emprego. O ligeiro decréscimo do emprego, segundo o INE, afetou em particular as mulheres (com menos 18,6 mil empregos), os adultos (há menos 25,2 mil empregos na faixa etária das pessoas com 25 ou mais anos), as pessoas com o 3º ciclo do ensino básico (menos 22,7 mil empregos), e que estavam empregadas na agricultura, floresta e pesca (menos 22,6 mil postos de trabalho). Os trabalhadores por conta própria também tiveram um recuo significativo de menos 30,2 mil empregos, assim como os empregados a tempo parcial, que são agora menos 25,9 mil do que no trimestre anterior.

Podemos referir que a estabilização do desemprego a par da ligeira redução do número de empregos está relacionada com a diminuição da população residente em Portugal (fluxos migratórios). Esse fenómeno continuou a ocorrer do segundo para o terceiro trimestre, havendo menos 11,7 mil pessoas.

Comparativamente com o período homólogo, houve um acréscimo de 10,2 mil postos de trabalho. O problema, assinala o INE, é que a população empregada aumentou “bastante menos do que as variações homólogas registadas nos sete trimestres anteriores” e teve a variação mais baixa desde o final de 2013.

Depois de quase seis anos a destruir postos de trabalho, o emprego começou a recuperar do terceiro para o quarto trimestre de 2013. Nessa altura, a população empregada aumentou 0,7%, tendo atingido o pico no terceiro trimestre de 2014, quando cresceu 2,1%. No quarto trimestre do ano passado, a taxa de crescimento abrandou e o INE dava conta de uma evolução positiva de apenas 0,5%. Agora, atinge-se a taxa de crescimento mais baixa desde final de 2013: 0,2%.

Este ligeiro aumento de postos de trabalho anual beneficiou principalmente as mulheres e as pessoas entre os 35 e os 64 anos, com o ensino secundário e pós-secundário, empregadas nos serviços e na indústria. O emprego aumentou também nos trabalhadores a tempo inteiro.

Analisando o tipo de contrato, o maior aumento deu-se na contratação por tempo determinado. No terceiro trimestre de 2015, havia 703,7 mil trabalhadores por conta de outrem neste regime, mais 2,9% do que no ano passado e o número mais elevado desde o terceiro trimestre de 2010, quando havia quase 721 mil pessoas a prazo. A contratação sem termo também aumentou, embora menos (1,6%), continuando a ser o vínculo predominante em Portugal. Os outros tipos de contrato tiveram um aumento ligeiro de 0,2%.

A população inativa, estimada em 5,14 milhões de pessoas diminuiu ligeiramente, 0,1%, em relação ao trimestre anterior, mas aumentou 0,2% face ao período homólogo.

Os inativos à procura de emprego e que não estavam disponíveis para trabalhar quando responderam ao inquérito do INE eram 22,5 mil, valor que se manteve face ao trimestre anterior e diminuiu 24% em relação a 2014. Relativamente aos inativos disponíveis mas que não procuraram emprego eram 293,6 mil, um aumento de 20,9% em relação ao último trimestre e uma redução de 2,9% em relação ao valor homólogo. A população ativa também diminuiu para 5,19 milhões de pessoas, menos 0,1% do que no trimestre anterior e menos 1,1% do que em 2014 (INE).

2.4. As transformações no mundo do trabalho: da era Fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho

De acordo com Santos (2009), como consequência da reestruturação produtiva do Capitalismo, houve mudanças na organização do trabalho fabril. Verificou-se uma mutação na forma de organização do trabalho/ produção e houve também consequências para o Estado e trabalhadores. Verificaram-se grandes alterações a partir do Fordismo das quais se destaca a racionalização do trabalho assistindo-se também a uma grande metamorfose do *Keynesianismo*, marcado pela regulação económica, para o *Toyotismo*, dominada pela regulação da produção e do trabalho e, por último, a *acumulação flexível* onde se verificava a *regulação económica*.

Santos (2009) refere que o Fordismo começou quando Henry Ford alterou o processo artesanal de produção de carros com a implementação do sistema Taylorista na linha de montagem que consistia no racionamento do trabalho que possibilitava a produção em massa de produtos homogéneos. É um modelo com uma forma de organização do trabalho humano baseado na ciência tendo como base a divisão extensiva da atividade, com formas de supervisão despóticas e desqualificação da força de trabalho pela grande separação entre tarefas de conceção e execução. Esse trabalho era um trabalho em massa. Santos (2009) refere que o Fordismo/ Taylorismo se tinha expandido no sistema produtivo como forma de organização e produção do trabalho pois produzia-se muito em pouco tempo, sendo que essa forma de organização do trabalho era a “marca” do período de crescimento após a 2ª guerra mundial apelidado de “Era do Ouro”. Essa época foi um período de prosperidade em meados do século XX, ocorrida sobretudo em

países ocidentais e que durou até 1970. Durante esta época, houve crescimento económico elevado em todo o mundo bem como uma situação de pleno emprego e consumo, produção em massa, globalização e uma nova forma de pensar e de ver o mundo.

Esta prosperidade a todos os níveis apenas foi sentida quando já estava quase a acabar. A partir dos anos 70, verifica-se uma crise da produção capitalista sendo que esta crise impulsionou as transformações sócio-históricas que afetavam a estrutura social. O sistema capitalista vai buscar formas de reestabelecer o padrão de acumulação, iniciando-se um grande processo de reestruturação do capital para recuperar o ciclo produtivo, o que afetou bastante o mundo do trabalho, trazendo alterações na forma de organização da classe trabalhadora assalariada. Desta forma, o modelo Fordista/ Taylorista do século XX entrou em decadência pois levou o trabalho operário à desqualificação. No início da crise, o Fordismo e o Keynesianismo são incapazes de lidar com as contradições do capitalismo devido à rigidez na totalidade do padrão de acumulação vigente. Visava-se uma mudança no padrão de acumulação procurando-se dar um novo dinamismo ao processo produtivo. O capital reorganizou as suas formas de dominação na reorganização capitalista da produção e na busca da gestão da recuperação da sua hegemonia sendo que através do desenvolvimento tecnológico e de formas de acumulação flexível, intensificam-se mudanças na produção, destacando-se o modelo Toyotista (nova forma de racionalização do trabalho focada na produção enxuta adequada ao novo capitalismo) (Santos, 2009).

Segundo Alves (2000:5), o Toyotismo encontrava-se numa lógica de “mercado restrito” e surgia de um mercado débil e, por isso, estava adequado ao cenário do capitalismo mundial da década de 80 que se caracterizava por uma crise de superprodução que apresentava novas formas de concorrência. Nesta década verifica-se uma emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, apoiada na globalização da produção desenvolvida pelas empresas multinacionais que eram atores centrais na nova economia mundial, sendo esta dominada pelo sistema financeiro e pelos investimentos globais, pelos processos de produção flexíveis, pela revolução das tecnologias de informação, entre outros (Hespanha, 2002). A nova divisão internacional do trabalho aliada à nova economia política pró-mercado trouxe mudanças. O Estado nação perdeu a sua centralidade de tradicional enquanto “unidade privilegiada de iniciativa económica, social e política”. Além disso, o aumento das interações que atravessam as fronteiras e medidas transnacionais destroem a capacidade do Estado nação de controlar o fluxo de pessoas, bens e capitais e ideias (Hespanha, 2002). Uma das transformações mais

importantes da globalização económica neoliberal consiste na concentração do poder económico por parte das empresas multinacionais.

As economias de escala de massa do Fordismo foram substituídas por um crescimento do capitalismo de manufatura e por uma variedade de bens a preços baixos e em pequenos lotes (Coriat *apud* Alves, 2000). Tudo isto, vinculado à 3ª Revolução Industrial, torna-se adequado à nova técnica de produção capitalista. Esta mudança na estrutura produtiva enquadra-se numa fase de transição denominada pós-fordismo onde havia mais flexibilidade global, mobilidade de capital e descentralização da produção.

O Toyotismo superou algumas lacunas do Fordismo, mas o carácter repetitivo do trabalho persiste. Segundo Alves (2000) este panorama constitui um “novo complexo de reestruturação produtiva que engloba um sistema de inovação tecnológico-organizacional no campo da produção capitalista”. Este processo desenvolve-se com base numa política de qualidade e numa estratégia que visa neutralizar as formas de organização e de resistência dos indivíduos. Estas transformações verificadas a partir da década de 80 influenciaram o sistema mundial ainda que com uma intensidade diferente.

Atualmente, o processo de reestruturação produtiva não se produz em função de um determinado país ou região visto que ocorre no âmbito de um conjunto de metamorfoses que estão a ocorrer mundialmente desde a década de 70. Verifica-se, portanto, uma globalização económica e um processo mundial de mutações (Castells, 2005). De acordo com Giddens (2008: 61), a globalização constitui “uma intensificação de relações sociais mundiais que une localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”. Alguns estudos apontam ainda a globalização como um mecanismo multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas ligadas de forma complexa (Santos, 2000). A globalização verificada a partir da década de 70 e que marca as três últimas décadas já não se encaixa no padrão moderno ocidental de globalização marcada pela homogeneização/ uniformização assumindo antes uma postura marcada pela universalização e eliminação das fronteiras nacionais bem como pela diversidade local, identidade étnica e o regresso ao comunitarismo. A globalização é um amplo campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemónicos (Santos, 2000). A globalização económica é alimentada pelo consenso económico neoliberal sendo que as suas novas instituições são restrições à regulação estatal da economia, novos direitos de propriedade internacional para investidores

estrangeiros e subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais (Hespanha, 2002).

Castells (2005) refere que a década de 70 foi o início do surgimento da revolução tecnológica da informação e de uma linha divisória no desenvolvimento do capitalismo bem como de uma globalização e respetivas alterações no mundo do trabalho. Todas as empresas do mundo reagiram à descida total do lucro. Desta forma, quer por uma atitude reativa, quer por uma atitude preventiva, as empresas adotaram novas estratégias. As mesmas procuravam resultados eficazes e rápidos e sabiam que para atingirem os seus objetivos que se prendiam com o aumento do lucro era necessário aumentar a produtividade, reduzir custos de produção, alargar o mercado e fazer circular o capital. Tudo isto aconteceu de uma forma geral no final do século XX, sendo que a base da mudança se encontrava nas novas tecnologias de informação. A difusão das tecnologias acentuou-se no setor das máquinas e equipamentos industriais com automação programada. O avanço tecnológico permite uma superação da máquina automática e rígida, surgindo um sistema mais moldado, maleável e conversível em diversos produtos. Tudo isto reformula a competitividade internacional e neste cenário o mais importante era a capacidade de inovar. A capacitação tecnológica possui como elemento chave a competitividade. Surge um mercado progressivamente mais competitivo que visa antecipar o desejo do consumidor.

Atualmente, a situação é similar, mas debaixo de um assombramento pela crise económica e das empresas onde se pretende cada vez mais substituir a mão-de-obra pela máquina de forma a reduzir custos de produção e produzir mais rapidamente. Além disso, procura-se essencialmente contratar pessoas polivalentes e flexíveis que sejam capazes de se adaptarem a todas as necessidades da empresa.

A globalização encontra-se íntima e profundamente ligada ao fenómeno do desemprego. O economista afirma ainda que, em poucos anos, a globalização conduziu a economia mundial a um “beco sem saída aparente” por diversas razões, destacando a grave crise de superprodução com efeitos no desemprego. Desde o seu início, a globalização alterou o funcionamento dos mercados, processo no qual não houve a intervenção dos governos. A superprodução mundial proporciona um excesso de oferta global conduzindo à pressão sobre a baixa generalizada dos preços sendo de destacar que a crise do petróleo aumentou os custos de produção. O incumprimento das empresas para com os bancos era inevitável devido aos défices de exploração, o que levou à falência de

muitas empresas enquanto que outras optaram pela redução da produção. Tudo isto conduziu ao aumento do desemprego que hoje atinge taxas preocupantes visto que nem mesmo o sistema de Segurança Social resiste à atual situação de desemprego.

Devido às novas linhas económicas, sociais e políticas do final do século XX que têm vindo a aumentar no início do século XXI, verifica-se uma fragilidade do trabalho. Nas últimas décadas, verificou-se uma reestruturação do processo produtivo com uma abertura da economia para uma competição mundial associada a uma acumulação flexível do capital. Perante esta realidade mundial verifica-se uma precariedade das relações laborais. A globalização a título económico, social, político e cultural tem aberto o diálogo sobre a condição da humanidade perante um modelo de sociedade globalizada onde se verifica uma fragilidade e debilidade crescentes dos laços e das relações humanas a partir da exclusão social, garantia da cidadania, verificando-se uma substituição dos valores éticos pelos valores de mercado.

No que se refere ao trabalhador que obedece a padrões flexíveis, as relações laborais e as empatias não se desenvolvem a longo prazo devido às constantes alterações e incertezas no emprego que impedem o indivíduo de manter e de reforçar certos laços. Segundo Sennett (1999), este constitui um grande desafio da atualidade, pois apesar de o indivíduo procurar estabelecer objetivos a longo prazo, este encontra-se numa sociedade de curto prazo que o impede de cumprir as metas traçadas.

Sennett (1999) sustenta ainda que a flexibilização do tempo exige uma flexibilização de carácter onde se verifica um desapego temporal a longo prazo, acatando mais a fragmentação. Desta forma, o autor defende que o trabalho flexível conduz a uma degradação dos trabalhadores de ofício visto que com a introdução de novas tecnologias organizacionais, o trabalho tornou-se mais fácil e ilegível, havendo um romper dos laços sociais e uma consequente perda da identidade social (Idem, 1999).

No regime flexível, as contrariedades consolidam-se no ato de correr riscos sendo que a incerteza das instituições flexíveis impõe aos trabalhadores que corram riscos com os seus trabalhos, colocando à prova o carácter pessoal. A nova ordem imposta centra-se no imediato e, por isso, o capitalismo prefere os mais jovens que por natureza se adaptam mais facilmente à flexibilização do trabalho.

Sennett (1999) sustenta que os riscos que os trabalhadores estão sujeitos desenvolvem no indivíduo um sentimento de esvaziamento a diversos níveis, nomeadamente, a título social, moral e político. O autor refere que a nova ética do trabalho

pode contribuir para a degradação do ser humano. Atualmente, a ética do trabalho é uma área em que a profundidade de experiências é contestada baseando-se no trabalho em equipa onde há uma necessidade de polivalência e de adaptabilidade às circunstâncias por parte do trabalhador. O autor refere ainda que o trabalho flexível tenta romper com a rotina e a burocracia, mas ainda não conseguiu superar o trabalho Fordista embora tenha, contrariamente, conduzido à precarização das relações laborais, conduzido o homem ao seu limite. Da mesma forma, acrescenta que a ética do trabalho em equipa não superou a ética da rotina. Tal como defende o autor, o homem vive hoje num tempo flexível, sem padrão de autoridade e de responsabilidade. Vive-se num capitalismo onde as pessoas andam à deriva e em que a solução parece residir na forma como os indivíduos enfrentam o fracasso.

Atualmente, o fracasso é um fenómeno social que atinge todas as pessoas. Desta forma, um sentido de comunidade e de carácter mais amplos são fulcrais para enfrentar o novo capitalismo numa sociedade onde as pessoas estão cada vez mais perto do fracasso (Sennett, 1999).

Neste novo capitalismo, as relações entre as pessoas no trabalho são superficiais e descartáveis e os laços de lealdade, confiança e compromisso quebram-se devido a experiências de curto prazo. O trabalho é, desta forma, um meio através do qual as pessoas se afirmam ou se negam, dotando ou não as suas vidas de reconhecimento. O trabalho continua a ser um valor ético pelo qual nos guiamos para construir uma identidade mais forte.

O novo capitalismo é marcado pela presença de um mercado global com novas tecnologias que tornam a vida mais dinâmica; este novo cenário leva as pessoas a adaptarem-se às mudanças e evoluções que surgem no contexto laboral. O novo capitalismo é também dominado por um romper de algumas ideias antigas visto que atualmente há um maior número de mulheres no mercado de trabalho sendo que muitas delas assumem a responsabilidade de sustento do lar. Contudo, o capitalismo também trouxe consequências indesejadas como, por exemplo, o receio de perder o controlo sobre a própria vida em questões de tempo uma vez que o mercado está cada vez mais focado no consumidor e, nesse sentido, o trabalhador tem de se moldar aos horários e à disponibilidade do cliente. O capitalismo coloca em segundo plano a vida pessoal, compromete as relações sociais e corrói as carreiras tradicionais (Sennett, 1999).

O mundo em geral tornou-se mais dinâmico e em prol disso há cada vez mais mudanças, nomeadamente a nível laboral. Hoje, o emprego é pensado a curto prazo e não

há perspectivas de compromisso a longo prazo com determinada entidade patronal verificando-se uma falta de lealdade institucional. Antes do novo capitalismo, o mundo era mais burocrático e previsível e, atualmente verifica-se o contrário. O novo capitalismo é sinónimo de flexibilidade e de dinamismo e de relações de curto prazo. A criação de instituições mais flexíveis é uma forma de suavizar o lado negativo da rotina. Atualmente, a flexibilidade é marcada pela reinvenção descontínua das instituições, especialização flexível da produção e concentração do poder sem centralização. A especialização flexível da produção é um sistema de inovação permanente em que se pretende colocar no mercado produtos mais variados. O trabalho torna-se ilegível no capitalismo flexível porque há uma perda de identidade do trabalhador (classe trabalhador em geral). O trabalho já não envolve gosto, prazer ou motivação pois passa a ser um trabalho frio, alienado, desmotivante e indiferente. Verifica-se uma falta de solidariedade dentro do grupo, o trabalho é mais individualizado e há menos troca de emoções entre os trabalhadores (Sennett, 1999).

A globalização força a ponderação sobre a questão da produção e da acumulação de riquezas a partir de uma nova divisão internacional do trabalho numa dinâmica de exclusão social uma vez que, na atualidade, não se verifica a assistência governamental no que diz respeito a assegurar os direitos sociais principalmente na garantia do trabalho e isto implica uma não garantia do Estado de Bem-estar Social.

A globalização é um modelo de economia capitalista industrial sustentado por assimetrias estruturais destacando-se neste fenómeno a flexibilidade das relações laborais, o fortalecimento da economia e das estruturas sociais regionais e locais. A abertura do mercado trouxe consigo inúmeras dificuldades nas indústrias nacionais. O capitalismo global fez com que os países desenvolvidos e subdesenvolvidos estivessem cativos às exigências tecnológicas e de retirada das fronteiras territoriais debilitando os Estados Nacionais pelos efeitos da globalização que aumentou a pobreza, as lacunas e assimetrias regionais, tendo aumentado também o desemprego estrutural que favoreceu a fragilidade da mão-de-obra precária.

O processo de acumulação flexível inerente ao processo económico de globalização trouxe piores condições de emprego e favoreceu o subemprego e o desemprego (Viana, *apud* Eufrásio, 2011). Tudo isto trouxe a exploração da mão-de-obra, o aumento do número de horas de trabalho em troco de uma menor remuneração. As regalias laborais são praticamente inexistentes na maior parte dos postos de trabalho e

tudo isto não conduz apenas a problemas económicos, mas também e principalmente a uma série de problemas sociais pois esta situação abriu caminho ao descontentamento, à exclusão social, à quebra de valores e à pobreza.

Podemos dizer que, hoje, todos nós empobrecemos a nível económico e a nível de espírito pelos valores que se estão a perder e pelo descontentamento que toma conta das nossas vidas. Sennett (1999) refere que o capitalismo está numa nova etapa marcada pela flexibilidade que se impõe contra a rigidez da burocracia, os efeitos da rotina exasperada bem como os significados do trabalho. Neste contexto, este mesmo autor (Sennett, 1999), refere que o novo capitalismo prejudica o carácter pessoal do cidadão visto que não proporciona condições para edificar uma narrativa constante de vida sustentada na experiência.

Nesta era do capitalismo global, verifica-se um sistema económico que prejudica o trabalho e gera desemprego, assistindo-se a uma destruição do elo histórico existente entre a sociedade de mercado e o Estado Providência e a democracia que criou o projeto de modernidade do Estado nacional (Hespanha, 2002).

A economia é dessocializada e os pobres são os insolventes. Em relação aos mesmos deve-se adotar medidas de luta contra a pobreza que vai concorrer para a diminuição da exclusão de que são alvo (Hespanha, 2002).

Ao longo do século XX, os Estados desenvolveram políticas públicas de forma a criar um sistema de proteção social e de segurança social para cidadãos e trabalhadores. Devido à importância e reconhecimento dos direitos sociais e pelo elevado nível de transferências de rendimento que envolvem, estas políticas transformaram a origem política das relações Estado/ sociedade civil dando origem ao Estado providência.

O modelo social europeu encontra-se ameaçado pois os regimes de bem-estar e as formas de Estado Providência que estão na base do cumprimento dos direitos de cidadania começam a ser reformulados. Portugal, juntamente com outros países da União Europeia, está numa situação difícil pois não consegue construir um sistema equitativo de proteção social (Rosanvallon *apud* Hespanha, 2002). Perante esta situação de instabilidade procura-se encontrar soluções para algumas problemáticas procurando ir ao encontro da origem das mesmas. Desta forma e entre outras coisas questiona-se se a globalização se encontra intimamente relacionada com o aumento do mal-estar da população e do risco social, procurando-se refletir sobre os desafios impostos à teoria social pelas dimensões sociais da globalização.

O agravamento do risco social na atualidade encontra-se profundamente relacionado com novos padrões marcados pela incerteza, instabilidade e imprevisibilidade que reduzem a capacidade de resposta perante problemas que surgem na sociedade. Portanto, tal como refere Beck (1998 *apud* Hespanha, 2002) vive-se numa sociedade de risco onde surgem efeitos inesperados e indesejados no processo de modernização. Surgem metamorfoses que atingem todas as camadas da sociedade nas suas mais diversas formas, nomeadamente a nível do emprego bem como no que se refere ao contexto familiar. De acordo com Beck (2000), as assimetrias que se verificam não se cingem apenas às desigualdades entre classes pois, na contemporaneidade, esta insustentabilidade estendeu-se à vertente económica e social.

A globalização encontra-se bastante relacionada com o clima de incerteza e de risco vivido não sendo apenas um fenómeno de progressiva interdependência entre sociedades nacionais pois, hoje em dia, é antes tido como um fenómeno de real desterritorialização do social e do político pois a coincidência entre sociedade/ Estado vai-se quebrando à medida que as formas de atividade social e económicas relacionadas com o trabalho e a vida deixam de pertencer ao Estado Nação. A nível económico, a desterritorialização demonstra que o capital perdeu a vinculação nacional e a nível do trabalho a desterritorialização impulsiona a livre deslocação dos trabalhadores para onde existem oportunidades de emprego (Hespanha, 2002). Este fenómeno de capitalismo é uma força de exclusão “exercendo uma triagem sistemática entre as camadas sociais e as zonas geográficas para rejeitar tudo o que não se pode integrar na sua lógica, designadamente o desemprego (...)” (Husson, 1999: 117 *ob. cit.* Hespanha, 2002:167).

Nos países industrializados verifica-se uma grave crise a nível de emprego para a qual contribuem a globalização, a reestruturação industrial e o envelhecimento da população (Lesthaeghe, 1991; Esping-Andersen, 1996 *apud* Hespanha, 2002). Verifica-se um aumento do desemprego flexível sendo esta crise marcada pelo aumento do desemprego de longa duração, pelo aumento da precariedade laboral o que conduz ao aumento das desigualdades sociais.

De acordo com Mingione (1998 *apud* Hespanha, 2002: 168) “as tensões críticas não se deveram à superprodução de uma mão-de-obra de baixa formação educacional, mas à proliferação de oportunidades de emprego que não oferecem garantias adequadas de estabilidade, salário e condições de trabalho capazes de favorecer a integração plena e duradoura de uma pessoa na comunidade onde vive. É neste sentido que a crise do

emprego se transforma numa crise social” (Mingione, 1998 apud Hespanha, 2002: 168).

De facto, o aumento do risco social num mundo globalizado surge devido à menor capacidade de resposta das sociedades através dos seus sistemas institucionalizados de proteção social sendo importante compreender a influência dos fenómenos diretos de maior exposição de risco que são os que fazem aumentar as desigualdades e a exclusão (Hespanha, 2002: 169).

É importante referir que num sistema económico onde o mercado mundial é o principal impulsionador de alocação de recursos, distribuição de riqueza e de produção de novas oportunidades é fulcral realçar que a globalização não foi a geradora das assimetrias embora tenha contribuído fortemente para ampliar as desigualdades criadas pelo sistema capitalista (idem, 2002). É importante realçar que as empresas multinacionais nas novas formações de classes e na desigualdade mundial têm sido alvo de reflexão nos últimos anos (idem, 2002).

Nas últimas três décadas, a desigualdade na distribuição da riqueza e dos rendimentos entre países aumentou bastante. No que diz respeito à globalização social, o consenso neoliberal é o de que o crescimento e a estabilidade económico se baseiam na diminuição de custos salariais sendo fulcral liberalizar o mercado de trabalho reduzindo os direitos laborais, interditando a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e as adaptações em relação ao custo de vida e ainda destruindo a prazo a legislação sobre o salário mínimo. Com tudo isto, pretende-se impedir o “impacto inflacionário dos aumentos salariais” (idem, 2002: 40).

Segundo Therborn (1999: 76 apud Hespanha, 2002), a globalização tende a beneficiar setores mais produtivos capazes de desenvolver o mercado e que possuem por sua vez mais conhecimentos e comunicações. Contudo, encontra-se presente o efeito potenciador das assimetrias no capitalismo global à medida que o mesmo se desenvolve, nomeadamente devido às suas contradições visto que, por um lado, verifica-se um contraste entre as necessidades de concentração do capital e de quebra dos processos de produção e, por outro lado, assiste-se a uma contradição entre a necessidade de ter trabalho barato e de desenvolver a busca de novos mercados consumidores (Hespanha, 2002).

A procura de eficiência e de competitividade para obter novos mercados conduz à fragmentação da produção. Alguns estudos demonstram de que forma é que a lógica das cadeias globais prejudica a qualidade e a quantidade da oferta global de emprego

(Hespanha, 2002). Há um conjunto de tendências que concorre para a progressiva desqualificação do emprego globalizado. Verifica-se que o emprego direto está a ser substituído pelo emprego indireto onde se inclui a subcontratação bem como os contratos de prestação de serviços. Os empregos qualificados estão a ser substituídos pelos empregos não qualificados, verificando-se um progressivo domínio da flexibilização e do emprego informal. Há um agravamento de desemprego formal e há uma maior insegurança e flexibilização laboral, o que se traduz num aumento do risco social para uma grande quantidade de trabalhadores. Muitas pessoas sujeitam-se a empregos precários e sem condições por necessidade pois, tal como refere Bank (1997 *apud* Hespanha, 2002: 172) “os pobres não podem dar-se ao luxo de ficar desempregados, sendo obrigados a aceitar o subemprego”. A tendência é para um agravamento da situação principalmente no que diz respeito à redução de empregos qualificados e formais, flexibilização de mão-de-obra e informalização e precarização do trabalho. Tal como refere Hespanha (2002:174), o incremento das assimetrias e da pobreza que se verificou nas décadas de 80/90 do século passado deve-se, maioritariamente, a uma reestruturação das economias nacionais devido aos programas de ajustamento estrutural.

Em alguns países sujeitos a uma intervenção do FMI (Fundo Monetário Internacional) foram instituídos fundos sociais de emergência que visam diminuir a pobreza sendo autênticas redes de segurança social que pretendem assegurar a sobrevivência básica da população mais desfavorecida e evitar o mal-estar social. Verifica-se um consenso neoliberal entre países centrais que é imposto aos países periféricos e semiperiféricos através do controlo da dívida externa realizado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial. Por isso, estas instituições são consideradas responsáveis pela globalização da pobreza.

A nova pobreza globalizada é o resultado do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais (Hespanha, 2002). Ao longo dos tempos tem-se assistido a uma destruição e desvalorização dos direitos sociais que são um instrumento imprescindível ao exercício da cidadania. A incapacidade de contornar os efeitos negativos da globalização coloca os Estados Nação numa situação frágil, tornando-os incapazes de resolver problemas.

A globalização económica está a criar uma grande lacuna entre os padrões económicos e os padrões sociais. Perante o agravamento das desigualdades, da crise, da exclusão e perante a incapacidade das políticas sociais enfrentarem tais problemas,

crecem algumas expectativas e nascem algumas propostas para a construção de um sistema de proteção social global capaz de assegurar a estabilidade, a segurança e a coesão social mesmo numa economia capitalista (Deacon, 1998 *apud* Hespanha, 2002).

Verifica-se, contudo, uma reação aos perigos de um capitalismo desregulado através de reformas de instituições que governam o mundo e através da criação de novas medidas internacionais que procuram suavizar problemas sociais resultantes da globalização económica (Hespanha, 2002: 178). Procura-se desenvolver, essencialmente, uma globalização socialmente mais justa. Boaventura de Sousa Santos (2000) defende um aprofundamento do modelo social europeu para contrariar as desigualdades – fascismo societal – mediante uma transnacionalização externa e através de uma reformulação das políticas de integração para facilitar a entrada de emigrantes e reforçar direitos de cidadania dos imigrantes (transnacionalização interna). Há uma tendência para uma reconceitualização dos direitos sociais voltados para o indivíduo em direitos sociais voltados para a comunidade e tudo isto concorre para instituições de um sistema universal de bem-estar que defina os diversos níveis de desenvolvimento económico e as diferentes capacidades das nações e que possa reduzir os contrastes entre as vertentes económicas e sociais do capitalismo.

Portugal é uma nação vulnerável perante as consequências negativas da globalização económica. Santos (1993 *apud* Hespanha, 2002) refere que Portugal tem características que facilitam a abertura à introdução de formas hegemónicas de globalização como a fragilidade dos seus mecanismos de regulação económica, social e cultural bem como a sua grande diversidade social. A diversidade social da comunidade portuguesa é responsável por uma fragilidade dos processos de globalização e por um desigual impacto desses processos nos diferentes setores da sociedade (Hespanha, 2002). As desigualdades sociais e as desigualdades na distribuição do rendimento estão muito associadas à pobreza e à exclusão social.

A partir do estabelecimento da democracia em Portugal, em 1974, foram encaminhadas as primeiras políticas para criar um Estado Providência no nosso país. Esping- Andersen (1990) identificou três tipos de Estado-Providência com base no índice de desmercadorização do bem-estar social:

Primeiramente, o autor refere-se ao Estado-Providência liberal caracterizado por um baixo nível de desmercadorização, por uma proteção pública seletiva dirigida às classes mais desfavorecidas e por um sistema dual de proteção pública privada. Seguidamente, o

autor refere-se ao Estado-Providência corporativo em que os direitos sociais estão garantidos a um nível elevado, mas limitados aos trabalhadores e ao desempenho no mercado de trabalho, possuindo um sistema de segurança social generoso. Por último, Esping-Andersen (1990: 86) refere-se ao Estado-Providência social-democrata, verificando-se um acesso quase universal aos benefícios, incluindo as necessidades e os gastos da classe média, verificando-se um elevado grau de desmercadorização. Contudo, a crise económica fez disto um projeto sem viabilidade (Hespanha, 2002).

2.5. Políticas sociais em Portugal

Em Portugal, as políticas sociais têm racionalidades diferentes das que compõe o Estado providência e não se espera que haja coerência com os parceiros no regime de bem-estar (Hespanha, 2002). O problema do Estado Providência português resulta da sua natureza híbrida que concilia simultaneamente o corporativismo, o universalismo e o liberalismo (Hespanha, 2002: 189-190).

Desde o final do século XX que se reflete sobre as necessárias mudanças do sistema de segurança social e de proteção social. A título de exemplo, em 1994, o Banco Mundial publicou um relatório sobre a “crise do envelhecimento” onde propõe reformas no sistema de segurança social visando remercadorizar a proteção social e a privatização dos sistemas de pensões de reforma. Estas reformas ficaram conhecidas como modelo neoliberal da segurança social. No mesmo ano, a Comissão Europeia publica o “Livro Branco sobre a Política Social Europeia” onde se afirma o compromisso em manter o modelo europeu do Estado Providência com um elevado nível de proteção social, direitos de cidadania por parte do Estado cuja intervenção garante a solidariedade nacional e viabiliza a desmercadorização da proteção social. Este defende que é possível conciliar o aumento da competitividade e o crescimento económico com altos níveis de proteção social.

Em Portugal, o desenvolvimento das políticas sociais e das reformas está a ser influenciado pelos padrões de decisão política da União Europeia e pelos programas sociais adotados pelos mesmos. A sua condição europeia influenciou naturalmente todas as políticas: pela via dos fundos estruturais e de coesão decisivos na área do emprego/pobreza; pela via do sistema monetário europeu, que tornou o argumento de convergência num fundamento indiscutível para o recuo das políticas sociais, verificando-se o estrangulamento da segurança social, o agravamento das desigualdades, entre outros. O

futuro do modelo social português está estagnado pois há reformas que tardam a ser aprovadas.

Boaventura Sousa Santos (2000) refere que há um conflito entre o modelo neoliberal que defende uma redução da proteção social do Estado e o modelo social europeu que defende uma proteção social ampla onde se façam valer os direitos de cidadania.

O aumento das interações políticas, económicas e culturais transnacionais assumiu grandes proporções o que nos leva a questionar se nos encontramos, de facto, num novo modelo de desenvolvimento social (Hespanha, 2002). De acordo com Wallerstein (1991 *apud* Hespanha, 2002), o desenvolvimento da economia mundial conduziu à mercadorização extrema da vida social e à polarização levando a que esta atinja o seu limite máximo de adaptação, esgotando em pouco tempo o poder da sua ação. O sistema mundial em metamorfose é muito complexo uma vez que é composto por grandes práticas intraestatais, práticas capitalistas globais e práticas sociais e culturais transnacionais que se encontram profundamente interligadas. Trata-se de um período de abertura e indefinição cujas mutações futuras são imperscrutáveis. A natureza do sistema mundial em mudança é problemática e de indefinição (Hespanha, 2002).

2.6. Hipóteses de Investigação

Este estudo assenta nas seguintes hipóteses:

- A crise económica é parcialmente responsável pela situação de desemprego dos profissionais de Serviço Social.
- Existe um desequilíbrio entre o número de licenciados em Serviço Social e a necessidade de profissionais qualificados na área em causa, o que gera situações de desemprego.
- Os profissionais de Serviço Social não encaram bem o desemprego na sua área, o que os leva a situações de risco social.
- Os profissionais de Serviço Social estão cada vez mais submetidos a critérios e imperativos organizacionais o que os impede de se centrarem nas situações de maior carência social.

PARTE III

FASE METODOLÓGICA

3.1. Tipo de estudo

Visando concretizar a realização do presente estudo, desenvolvemos uma metodologia de natureza qualitativa uma vez que o objetivo central desta investigação é refletir acerca das diferentes situações inerentes ao desemprego no seio dos assistentes sociais.

A abordagem qualitativa é determinante neste género de estudos, uma vez que permite obter uma noção mais ampla dos diversos pontos em análise relativamente à temática do desemprego. Assim, esta opção, além de permitir obter a informação de forma mais profunda, possibilita uma maior flexibilidade aquando da recolha e tratamento da informação, já que esta pode ser recolhida em mais do que um momento.

Esta abordagem qualitativa tornou possível também obter uma relação mais próxima com o contexto do desemprego submetido a estudo e, desta forma, a recolha da informação é mais fidedigna, permitindo investigar e ponderar todas as informações de acordo com as vivências pessoais de cada profissional que atravessava tal situação.

Tal como Bogdan & Biklen referem (1994: 47), a metodologia qualitativa permite um recolher de informação “em forma de palavras ou imagens e não de números” sendo um método que se baseia na descrição e análise do objeto em estudo conservando a visão dos sujeitos de investigação, ou seja, guardando os seus “contextos ecológicos naturais” (Bogdan & Biklen, 1994: 16).

No nosso estudo concreto, a temática do desemprego exigiu este tipo de abordagem visto que esta problemática não pode ser analisada apenas em termos de quantidade, intensidade e frequência sendo extremamente importante valorizar a natureza socialmente construída da realidade. Desta forma, com esta abordagem foi possível compreender a questão do desemprego no seio dos assistentes sociais e perceber o que está “por trás” da origem desta problemática. Para solucionar o problema é fulcral tentar perceber o cerne da questão pelo facto de esta se encontrar envolvida numa certa controvérsia e ambiguidade – atualmente vive-se num contexto de desemprego no social quando a ajuda destes profissionais é profundamente necessária na medida em que assistimos a um crescente número de problemáticas sociais.

A opção por esta metodologia tornou possível desenvolver conceitos e chegar à compreensão deste fenómeno a partir de padrões resultantes da recolha de dados. Com a mesma, tivemos a possibilidade de compreender os sujeitos de investigação a partir de quadros de referência, dos significados que atribuem aos acontecimentos, palavras, objetos constituindo, por isso, um sistema analítico de referência determinante.

3.2. Amostra

O campo de análise incidiu sobre os Licenciados em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Sociais, Centro Regional de Braga visando conhecer as suas vivências e experiências profissionais após terem concluído a licenciatura tentando compreender, simultaneamente, a sua opinião acerca das razões que provocam o desemprego no Serviço Social quando há uma emergência cada vez maior dos problemas sociais na nossa sociedade.

3.3. Instrumentos de recolha de dados

Para a realização deste estudo recorreremos a dois instrumentos de recolha de informação: a análise documental e a entrevista.

3.3.1. Análise documental

A opção por este instrumento de recolha de informação afigurou-se fundamental na medida em que se tornava essencial fazer leituras exploratórias bem como a consulta da legislação que permitiu conhecer e explorar melhor a população-alvo (que engloba população do sexo feminino e masculino de diversas faixas etárias diplomados em Serviço Social), bem como a problemática atual do desemprego no seu seio.

Para conduzir a investigação tornou-se necessário consultar alguns estudos realizados neste âmbito para compreender quem são os assistentes sociais desempregados, de que forma estão a assegurar a sua subsistência, quais são os seus percursos socioeconómicos e culturais, de que centro de formação provem e ainda compreender quais são os seus caminhos/ alternativas perante este cenário de desemprego. Por último, pretende-se compreender de que forma é que a formação obtida no ensino superior contribui para o desemprego.

A pesquisa bibliográfica foi constituída nomeadamente por livros, legislação e

artigos científicos sobre o desemprego em Portugal e, mais particularmente, sobre o desemprego no seio dos licenciados em Serviço Social no geral e, mais particularmente, na Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais, Centro Regional de Braga.

Desta forma, este instrumento permite recolher informações úteis para estudar o objeto de investigação, proporcionando um maior conhecimento e rigor da análise conceptual do tema.

3.3.2. Entrevista

Com a entrevista estabelece-se uma autêntica permuta durante a qual o interlocutor expressa a sua opinião acerca de um acontecimento ou de uma conjuntura, exprimindo as suas interpretações e experiências, enquanto que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ele se afaste dos objetivos da investigação e permitindo que este seja autêntico nas suas declarações (Quivy & Campenhoudt, 1998: 192).

De acordo com Bogdan & Biklen (1994: 134) “uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas (...) é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito...”.

Para a realização deste estudo, optamos pela utilização da técnica de entrevista semiestruturada, tendo como objetivo ter um acesso mais profundo ao significado das vivências dos indivíduos. Esta técnica visa possibilitar a comunicação e interação humana, pois pode fornecer informação importante sobre as vivências do desemprego nos diplomados em Serviço Social, mas para isso acontecer é necessário que durante a entrevista se estabeleça uma relação íntima e de confiança relação com o entrevistado.

Através da entrevista propusemos ao entrevistado relatar as suas experiências e vivências e encaminhar a conversa para o tema que estava a ser analisado para que os objetivos traçados fossem atingidos. Com esta técnica foi possível deixar em aberto a possibilidade de haver um feedback da parte do entrevistado, tornando-se num processo interativo onde me foi possível incentivar a livre expressão do sujeito através da escuta atenta e ativa. Foi possível também haver uma abrangência maior e profunda sobre determinados pontos importantes nesta temática pois foi possível haver uma maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, abordando-se aspetos mais afetivos que

determinavam significados pessoais das suas atitudes e comportamentos.

Uma das vantagens da entrevista é o facto de fazer com que o entrevistado fale de assuntos que são relevantes para a investigação, o que com outra técnica de recolha de informação poderia não ser tão conseguido. Além disso, esta técnica respeita a linguagem e a forma de pensar do entrevistado. Possibilita também introduzir na análise, informações relacionadas com a postura corporal, linguagem gestual, hesitações, tornando mais ricos os dados recolhidos, pois assim é possível perceber algumas das emoções e sentimentos do entrevistado (Bogdan & Biklen, 1994: 135).

A qualidade das entrevistas e o seu fluir natural dependem muito do seu planeamento por parte do entrevistador pois as perguntas têm de ser realizadas para que as respostas dos entrevistados sejam fiéis à sua realidade e vivências. Desta forma, durante o processo tivemos um particular cuidado em transmitir confiança ao entrevistado para que este se sentisse confortável e nos transmitisse de forma fidedigna o que sentia e o que viveu, permitindo que a entrevista se revelasse um bom instrumento de obtenção de informação.

A técnica da entrevista encontra-se relacionada com a análise de conteúdo e, por isso, durante a realização das entrevistas foi importante definir um número suficiente de elementos de informação e também de reflexão, que de alguma forma funcionassem como “materiais para a análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicação, de estabilidade e de intersubjetividade do processo” (Quivy 1998:196). A entrevista foi a técnica privilegiada de recolha de dados. Este instrumento foi construído propositadamente para o presente estudo e é constituído por várias questões. Este foi dirigido a pessoas vinculadas ao Serviço social, ou seja, a licenciados na área ou com outro grau de estudos e em situação de desemprego e/ou precariedade laboral. Primeiramente, recorri a endereços de email de colegas e ex-colegas que se prestaram também a colaborar e a enviar às pessoas que conheciam do Serviço Social. Seguidamente, enviado um e-mail às pessoas selecionadas a pedir a sua colaboração neste estudo e, nos casos em que os indivíduos quiseram colaborar, a entrevista foi enviada por e-mail e preenchida pela pessoa em questão, devolvendo a entrevista preenchida pelo mesmo meio. Optamos por esta forma por ser mais rápida e prática, evitando perdas de tempo inerentes à gravação/ transcrição das mesmas.

Este trabalho pretende compreender as dinâmicas do desemprego na vida dos assistentes sociais. Esta investigação centra-se nas dificuldades que os assistentes sociais

enfrentam aquando da sua não inserção no mercado de trabalho principalmente quando os seus postos de trabalho estão a ser ocupados por profissionais não vinculados ao serviço social. O objetivo desta estratégia é obter informações sobre as vivências, experiências e transformações que o desemprego e a não inserção no mercado de trabalho refletem na vida profissional dos indivíduos.

3.3.3. Análise de conteúdo

Como técnica de suporte à análise das entrevistas, optou-se pela análise de conteúdo que, segundo Guerra (2002), consiste numa técnica de investigação que com uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo relativo às comunicações visa a sua interpretação.

Esta técnica é bastante comum na investigação empírica no seio das ciências sociais pois permite tratar por métodos de análise extensiva uma grande quantidade de informação e de testemunhos que são de compreensão complexa. A vertente social da análise de conteúdo possibilita criar inferências de um contexto local para o seu contexto social de forma objetivada uma vez que é uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social.

O ponto de partida da análise qualitativa é utilizar as vantagens da técnica sistémica. Desta forma, procedeu-se à análise do material passo a passo, dividiu-se a informação em unidades que foram trabalhadas separadamente para saber quais os aspetos que deveriam de ser filtrados do material.

Nesse sentido, desenvolveu-se uma sistematização de procedimentos exigidos pela análise de conteúdo temático-categorial que se organizou em torno de um processo de categorização.

A análise de conteúdo das entrevistas realizadas seguiu algumas etapas. Primeiramente, pela etapa do recorte onde selecionamos os relatos que foram reorganizados para demonstrar o seu significado e conteúdo. Seguidamente, foi construída uma tabela de análise de conteúdo organizada tendo em conta os diversos pontos estudados.

PARTE IV

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

No processo de investigação é de grande importância analisar todo o material empírico recolhido, uma vez que este constitui um elemento relevante para a compreensão do objeto em estudo. Nesta investigação procedeu-se à recolha de informação empírica através da técnica da entrevista, que foi aplicada junto de indivíduos que frequentaram a Licenciatura, Pós-graduação e Mestrado em Serviço Social na Faculdade Filosofia e Ciências Sociais.

No total foram realizadas 13 entrevistas a pessoas do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos de idade. O facto de a amostra ser constituída apenas por elementos do sexo feminino, deveu-se ao facto de apenas estas pessoas se mostrarem interessadas e disponíveis para realização das mesmas, não estando relacionado com nenhum outro aspeto. Não foi necessária a realização de um maior número de entrevistas, visto que estas se revelaram suficientes para a compreensão da temática em questão, que se prende com a *Vivência do desemprego por parte dos Assistentes Sociais*.

Estas entrevistas foram elaboradas com o objetivo de compreender mais profundamente de que forma é que os indivíduos que frequentaram a Licenciatura, a Pós-graduação e o Mestrado na área do Serviço Social experimentam a situação de desemprego na sua área de formação. Além disso, pretende-se compreender de que forma é que os assistentes sociais desempregados tentam ultrapassar/contornar a situação de desemprego. Por último, visa-se conhecer a sua opinião acerca das razões que motivam o desemprego na área social, numa época em que os problemas sociais são cada vez mais frequentes e graves.

Para apreender de forma mais completa a informação, dividiu-se a entrevista em diferentes partes, através das quais se pretende conhecer a caracterização sociográfica da amostra, o seu percurso profissional após a conclusão do percurso académico, a sua vivência/experiência de desemprego, a forma como tentaram enfrentar esta problemática e o seu futuro profissional.

Tendo em conta a análise das entrevistas realizadas, verificamos que sete dos treze indivíduos entrevistados encontram-se desempregados, tratando-se, em alguns casos, de

um desemprego de longa duração. Sete, do total da amostra, referiu que o primeiro emprego, após a conclusão do percurso académico, foi na sua área de formação, sendo que os restantes seis conseguiram emprego fora da sua área.

Analisando o tempo de espera para encontrar o primeiro emprego após a conclusão dos estudos, verificamos que este varia entre os 6 meses e os 2 anos. Salienta-se o facto de que alguns dos entrevistados já se encontraram a trabalhar na área ou numa área externa ao Serviço Social, aquando a frequência do curso, dando assim continuidade ao exercício das suas funções após conclusão do curso. Os indivíduos que se encontravam a trabalhar numa área externa ao Serviço Social continuaram a fazê-lo pela necessidade de obter uma remuneração mensal e também pela falta de oportunidades na área. Situação apresentada por um dos entrevistados, quando questionado acerca do tempo de espera até encontrar um emprego na área, referindo que após a conclusão da licenciatura está à procura de trabalho na área: *"Até aos dias de hoje, embora esteja a fazer um part-time num hipermercado..."* (...) *"Como referi anteriormente, após a conclusão da licenciatura, o percurso profissional foi nulo. Após cerca de 300 currículos enviados e de tentativas de realizar um estágio profissional, até agora nada consegui"*. Outra das entrevistadas que concluiu a licenciatura há sensivelmente 6 anos, afirma que, também por falta de oportunidades na área, continua a desempenhar funções numa loja de vestuário: *"já trabalhava na loja onde ainda trabalho, como part-time, mesmo antes de terminar a licenciatura"*.

Os entrevistados que se encontram a trabalhar na área de formação académica revelam que continuam a procurar trabalho de um modo mais concreto como assistentes sociais, sendo que outros referem que *"aceitam o que aparecer"*. Quando questionados sobre as mais-valias do aprofundamento da sua formação aquando a procura de emprego, a maioria dos entrevistados refere não considerar um fator decisivo. Não obstante salientarem que ter maior formação é sempre algo positivo, estes consideram que é um fator de peso aquando da procura de emprego, acrescentando que mais formação seria também um encargo financeiro que, dada a situação de desemprego, muitos não poderiam suportar: *"Penso que é sempre uma mais-valia, sem dúvida. Já pensei em fazer o mestrado, mas depois também penso como poderei fazer, se não tenho um emprego fixo? Não vou estar a pedir aos meus pais para investirem mais na minha formação, para continuar sem emprego na área. Já o fizeram numa licenciatura; agora, quando fizer o mestrado, será com o meu dinheiro"*.

A maioria dos entrevistados mostra-se descontente com a sua situação profissional, pois sustentam que estudaram em vão e que não se sentem profissionalmente realizados; referem ainda que o desemprego interfere na sua vida *"de forma negativa, pois a visão para o futuro não mostra caminhos favoráveis"*. A mesma entrevistada refere ainda que esta situação afeta profundamente a sua vida pessoal, pois não consegue *"ter independência financeira e não posso seguir a minha vida pessoal"*. Muitos sentem-se frustrados e descontentes e experimentam um sentimento de descrédito em relação à profissão, *"um desacreditar da área social por parte de toda a comunidade"*.

Na maioria dos casos, a situação de desemprego ou de precariedade laboral em que se encontram afeta a vida pessoal, não conseguindo ter uma vida estável, adquirir bens essenciais e, por isso, algumas vezes têm de recorrer à ajuda financeira de familiares. Esta situação impossibilita a concretização de projetos de vida: *"Não me permito ter grandes projetos de vida já que, sem trabalho, não é possível colocá-los em prática. Viver o dia-a-dia, é a regra"; "(...) quero construir família, nomeadamente casar e ter filhos e, assim, não é possível, porque, sem dinheiro, não se consegue viver"*. São muitos os entrevistados que revelam que esta situação os fez perder a sua autoestima e que percebem que estão constantemente irritados, o que, de certa forma, afeta a qualidade das suas relações sociais: *"Afeta no sentido de, por vezes, me sentir triste, deprimida e descarregar isso nas pessoas que estão mais junto a mim"*.

O descontentamento a nível profissional vivido pelos indivíduos entrevistados é visível quando questionados sobre *se, caso pudessem voltar atrás, optariam por outro curso*, pois a maioria refere que, apesar de gostarem da área em que se formaram, optariam por outro curso para poderem ter mais saídas profissionais. Opinião presente nas declarações de alguns entrevistados: *"Se tivesse algum dinheiro não mudava o meu curso, mas sim, tirava outro... talvez enfermagem"*.

Apesar de estarem conscientes das dificuldades que se vivem nas demais áreas profissionais, os indivíduos entrevistados acreditam que, na área do social, as dificuldades são ainda mais vincadas. Não obstante esta consciência, alguns dos indivíduos refere que optaria pelo mesmo curso se pudesse voltar atrás, dado ter-se tratado de uma escolha vocacional: *"Sempre tive vocação, na minha opinião, para ajudar os outros. Tirei Serviço Social, não por exclusão de partes, mas sim porque era mesmo o curso pretendido"*.

Quando questionados acerca da falta de emprego na área em oposição ao crescente aumento de problemáticas sociais, a maioria dos entrevistados defende que o desemprego

na área se deve essencialmente ao facto de estarem outros profissionais externos à área a desempenharem as funções nas diversas instituições e organismos que deveriam ser ocupados por alguém com a formação académica adequada, nomeadamente, os assistentes sociais: *"Na maior parte das instituições colocam outros técnicos das ciências sociais de forma a ocupar lugares destinados aos assistentes sociais, visto terem a formação mais adequada para o desenvolvimento de certas tarefas"; "Como referi anteriormente, existem 'enes' de escolas a formar assistentes sociais, por um lado e, por outro, como a Associação de Profissionais de Assistentes Sociais não tem, de momento, poder jurídico-legal para regulamentar quais as áreas de intervenção do Serviço Social; verifica-se uma panóplia de outras profissões a exercer Serviço Social"; "na Instituição onde trabalho, o lugar que deveria estar ocupado por uma Assistente Social, está ocupado por uma Enfermeira. Trabalha num Centro de Saúde, e faz algumas horas na Instituição"*.

Hoje, as empresas e instituições procuram trabalhadores polivalentes e que tenham a capacidade de se adaptarem e de realizarem tarefas inerentes a outros profissionais e, nesse sentido, há profissionais de outras áreas que exercem funções de assistentes sociais. Segundo os entrevistados, é frequente encontrar psicólogos ou educadores sociais a exercerem tarefas dos assistentes sociais, situação que prejudica a qualidade do serviço prestado aos utentes e respetivas instituições: *"Na minha opinião, é o facto de haver um profissional a fazer várias coisas em simultâneo, isto é, existem psicólogas que, para além do trabalho que têm, também acarretam o cargo de Assistente Social"*. Além disso, como agravante do desemprego na área, os entrevistados apontam outras dificuldades na criação de emprego nesta área, tais como: a falta de verbas financeiras; o facto de haver concursos públicos congelados; pedirem requisitos que não possuem (anos de experiência que não tiveram oportunidade de ter, experiência numa determinada problemática social ou grupo de risco e até conhecimentos de línguas estrangeiras); pedirem relação jurídica com emprego público; a diminuta importância atribuída aos assistentes sociais; os salários muito reduzidos; a exigência de qualificações e de experiência que os candidatos não possuem (e que na sua maioria não conseguem obter pela falta de oportunidades) e ainda o fator da idade além do desejável. Um outro motivo apresentado por um dos entrevistados refere-se à forte lacuna da inexistência de uma Ordem que proteja os profissionais do Serviço Social: *"Penso que o que nos está a fazer falta, como Assistentes Sociais, é conseguirmos que a nossa Associação de*

Profissionais consiga chegar à constituição da nossa Ordem. Pois só assim conseguiremos proteger a profissão". Os entrevistados mencionam ainda que a falta de emprego e de oportunidades se deve ao facto de a universidade não preparar devidamente os seus alunos para a realidade do mercado laboral: "Cada vez mais tenho a noção que a faculdade não nos preparou para o mundo do trabalho. A teoria, sim, é importante, mas dever-nos-iam ter preparado para as entrevistas, apoiado e orientado para a escolha do nosso estágio. Existem instituições onde nem deveriam ser aceites estágios; e isso, sim, é uma responsabilidade do local onde nos formam, da Faculdade. Não é só debitar matéria, é necessário preparar-nos para estas adversidades".

A falta de esperança e de descrença na profissão que estes profissionais sentem deve-se também à ausência de respostas por parte dos potenciais empregadores, dado que muitos *curricula vitae* são enviados sem obtenção de qualquer resposta, sendo que um dos entrevistados refere que já tinha enviado cerca de trezentos *curricula* sem obter qualquer retorno: *"Como referi anteriormente, após a conclusão da licenciatura, o percurso profissional foi nulo. Após cerca de 300 currículos enviados e de tentativas de realizar um estágio profissional, até agora, nada consegui"*.

A maioria dos entrevistados refere ainda que, perante este cenário de desemprego, são obrigados a procurar emprego noutras áreas profissionais, quer pela falta de alternativas, quer por uma questão de necessidade e sobrevivência. Todos os entrevistados encontram-se inscritos no Centro de Emprego e, mesmo sendo já visível um certo desespero e descrença na profissão, alguns ainda possuem esperança de encontrar emprego na sua área de formação. Contudo, a maioria revela medo, receio, incerteza, sentimento de instabilidade e referem que as suas perspetivas futuras são débeis. Alguns entrevistados referem que, perante a precariedade laboral em Portugal, sair do país apresenta-se como uma hipótese a refletir: *"Sinto-me com medo e receio que nunca possa exercer a profissão; tive que mudar de país e tentar a sorte. Por vezes os pais também sofrem, porque veem os filhos sofrer... não tem sido fácil. Desde 2008 que sou licenciada, e com muito pouca experiência profissional. É muito complicado gerir tudo isso"*.

A maioria deles refere que conseguir um emprego na sua área de formação melhoraria, de uma forma geral, em todos os aspetos, a sua vida, pois sentir-se-iam úteis, realizados profissionalmente; sentiriam que estariam, com o seu trabalho, a ajudar pessoas com necessidade de intervenção e teriam uma maior independência financeira, o que se repercutiria numa maior estabilidade e qualidade de vida.

Considerações finais

Os tempos modernos estão profundamente marcados pela insegurança no mundo laboral. A realidade atual no mundo do trabalho possui aspetos negativos quer no que se refere aos trabalhadores que estão inseridos no mercado de trabalho, visto que estes se encontram submetidos a condições de trabalho bastante precárias num mercado cada vez mais exigente e instável, quer no que diz respeito à exclusão de um grande número de trabalhadores desse mesmo mercado que se encontram impossibilitados de exercer uma atividade laboral.

O desemprego constitui um dos principais problemas da sociedade atual, apresentando hoje uma dimensão preocupante uma vez que este fenómeno deixou de ter uma condição temporária fruto da emergência de ciclos económicos recessivos cuja incidência diminuía à medida que a atividade económica voltava a crescer. Contrariamente a outrora, hoje vive-se um desemprego em massa e de longa duração sendo uma realidade profundamente marcada não só nos países periféricos como também nos países centrais. Atualmente, o desemprego já não se restringe a zonas geográficas assim como também deixou de se limitar a algumas profissões ou a um segmento populacional com graus de escolaridade e qualificação profissional baixos. Hoje este fenómeno atinge todas as profissões e pessoas com elevados níveis de escolaridade e de formação profissional.

Nesse sentido, a profissão do assistente social não constitui uma exceção à realidade profissional atual marcada pelo desemprego e pelo emprego precário. Hoje e de forma bastante vincada, a profissão do assistente social começa a ter como um dos desafios a ser enfrentado o problema do desemprego, sendo fulcral desenvolver estudos que permitam compreender as razões que alimentam este fenómeno de forma a tentar contrariar esta tendência uma vez que esta profissão é absolutamente imprescindível para a sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho, fruto de um estudo desenvolvido no âmbito da Tese de Mestrado em Serviço Social, possuiu como preocupação central analisar o fenómeno do desemprego no seio do Serviço Social. Este estudo teve como principal suporte o conjunto de metamorfoses impostas ao longo dos tempos no mercado de trabalho perante a tão conhecida "acumulação flexível" bem como os principais impactos que este fenómeno possui junto da classe trabalhadora.

Desta forma, ao longo deste trabalho foi realizado um profundo processo de investigação através do qual se pretendia aprofundar o conhecimento e o entendimento acerca das vivências do desemprego junto dos assistentes sociais, visando-se decifrar as causas que motivam este fenómeno bem como o seu impacto junto dos diplomados na área social.

Para compreender melhor esta temática, o estudo foi direccionado tendo em conta uma realidade contraditória - o desemprego no Serviço Social perante um aumento crescente dos problemas sociais. A partir daqui tentou-se decifrar quais os obstáculos que sustentam o desemprego na área e ameaçam a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho.

Após o desenvolvimento do processo de investigação e da realização de algumas entrevistas foi possível compreender de forma mais clara este fenómeno junto dos diplomados em Serviço Social. Nesse sentido podemos referir que o desemprego é, de facto, uma realidade vincada no Serviço Social apesar da profunda necessidade de profissionais na área perante o aumento progressivo de um vasto conjunto de problemas sociais.

A partir deste estudo conseguimos compreender que o desemprego na área social não se deve apenas à falta de verbas decorrente da frágil situação económica em que o nosso país se encontra mergulhado, mas a um todo modelo de desenvolvimento que cria emprego precário e desestrutura valores centrais como o da família o que, naturalmente, gera insegurança e instabilidade nas pessoas.

Este modelo social é demasiado aberto e flexível, o que, neste caso concreto, leva a que outros profissionais externos à área ocupem os cargos que deveriam ser ocupados pelos assistentes sociais. Esta situação faz com que as empresas e instituições procurem cada vez mais trabalhadores polivalentes, que tenham a capacidade de se adaptarem e de realizarem tarefas inerentes a outros profissionais e, nesse sentido, há profissionais de outras áreas que hoje exercem as funções dos assistentes sociais.

Além disso, como estimulante do desemprego na área podemos mencionar ainda a falta de ofertas, o facto de haver concursos públicos congelados, pedirem requisitos que não possuem, pedirem relação jurídica com emprego público, a diminuta importância atribuída aos assistentes sociais, salários muito reduzidos, a exigência de qualificações e de experiência que os candidatos não possuem e ainda a idade.

Apesar dos fatores anteriormente mencionados contribuírem para o cenário de desemprego na área, verificamos que o maior potenciador deste fenómeno é verdadeiramente o facto de colocarem profissionais externos à área a realizar a atividade dos assistentes sociais, o que faz com que haja uma menor oferta e um menor campo de atuação para os profissionais da área.

A partir destes pontos é lícito afirmar que o facto de colocarem outros profissionais externos ao serviço social a realizar as tarefas dos assistentes sociais quando há imensos profissionais na área no desemprego, aponta para uma desvalorização da profissão e a um não reconhecimento da mesma quer pelos empregadores, quer pela sociedade em geral.

Perante esta situação, o desacreditar na profissão é evidente junto destes profissionais. Uma grande parte dos diplomados em serviço social encontra-se numa situação de desemprego ou a trabalhar numa área externa à sua por uma questão de sobrevivência. Esta situação desperta um sentimento de desmotivação, frustração, descontentamento e desacreditar na profissão pois além de não estarem a exercer a profissão para a qual têm qualificações, estes sentem-se renegados e desprezados quando sentem que a sua profissão está a ser exercida por profissionais que não possuem habilitações nem mesmo vocação para o fazer.

A situação de desemprego ou de precariedade laboral em que muitos se encontram impede a sua realização profissional e pessoal pois muitos não conseguem concretizar os seus objetivos de vida. Esta situação desperta um sentimento de revolta, de frustração e de desacreditar na profissão.

Nesse sentido é urgente repensar a situação destes profissionais na sociedade atual. Há cada vez mais problemas sociais com necessidade de intervenção urgente por parte de profissionais habilitados e vocacionados para a área. Os problemas sociais existem, há pessoas que necessitam de ajuda e há também profissionais da área com vontade de ajudar e de por em prática as suas competências. Nesta área, o desemprego não se deve apenas à frágil situação económica do país mas antes e principalmente a uma falta de adequação aquando da contratação de profissionais, a um desrespeito pelos profissionais da área e a uma desvalorização dos problemas sociais e da área em questão. Ao serviço social não é dada a importância que este deveria de ter e os profissionais da área não são respeitados como deveriam de ser. Nesse sentido, é necessário consciencializar as pessoas para a importância do serviço social, para o valor da nossa

Profissão, pois, só assim se poderá fazer um trabalho digno que permita que as pessoas ultrapassem os seus problemas e vivam bem ou pelo menos melhor. Portanto, a criação de uma Ordem de Assistentes Sociais torna-se imprescindível visto que só assim se poderá proteger e dignificar a profissão.

É lícito afirmar que hoje já demos um passo em relação ao passado quando muitos problemas sociais eram desconhecidos, ignorados, escondidos ou não eram assumidos enquanto tal. Apesar da evolução ainda nos encontramos muito longe do lugar em que estas questões deveriam de ser colocadas dada a sua importância pois daí depende uma vida digna e sadia para muitas pessoas.

Infelizmente, há ainda um longo caminho a percorrer neste sentido e é necessário caminhar a passos largos, pois, os problemas sociais da atualidade são graves e muitas pessoas vivem em condições deploráveis e com necessidade de ajuda. Há pessoas, hoje, que vivem pior do que a algumas décadas atrás, o que não pode ser tolerável num mundo assumidamente moderno e evoluído. Quase a terminar, temos vontade de perguntar: “será possível falar de desaceleração do tempo nas sociedades modernas?” (Duque, 2012: 121). Não seria mais adequado dar um passo atrás, em que se respeitasse as áreas de intervenção de cada um para que houvesse um desenvolvimento sustentável da nossa sociedade, descentralizando a questão da dignidade da pessoa? Acreditamos que é imprescindível viver um tempo de evolução e não de retrocesso, sendo que o principal sinal de evolução é vivermos bem enquanto pessoas e de forma digna, vendo garantidos os nossos direitos enquanto cidadãos do mundo.

Bibliografia

- Alves, Giovanni (2000). *Trabalho e Mundialização do Capital*. Londrina: Praxis. Antunes, Ricardo (2000). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Barbosa, Wilmar do Valle (1985). In *Tempos Modernos*. Na abertura do livro *A Condição Pós-Moderna*, de LYOTARD, Jean-François. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Barreto, António (2002). *Mudança Social em Portugal 1960/2000*. Instituto de Ciências Sociais: Universidade de Lisboa.
- Bauman, Zygmunt (1925). *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bogdan, Robert & Biklen, Sari (1994). *Características da investigação qualitativa*. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Caleiras, Jorge (2015). *Para lá dos Números: As consequências pessoais do desemprego*. Lisboa: Almedina.
- Campos, Aline & Conceição, Hugo (2007). *Mercado de Trabalho Emprego e Desemprego*. Instituto Politécnico de Coimbra, Departamento de Engenharia.
- Carvalho, Maria Irene (2010). *Serviço social em Portugal: percurso cruzado entre a assistência e os direitos*. *Revista de Serviço Social e Saúde UNICAMP – Campinas*, vol. IX, nº 10.
- Castel, Robert (1997). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crónica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Carvalho, Maria Irene (2011). *Serviço social e sistema de bem-estar: semelhanças e diferenças entre Portugal, Espanha e Alemanha*. *Serviço Social Revista, Londrina*, vol.13, nº 2, 4-1.

Castells, Manuel (2005). *Globalización e identidad in Dossier- Quaderns de la Mediterrania*, 5 Los valores hoy. 5. [Instituto Europeo del Mediterráneo], retirado em agosto, 17 2013 de [<http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/5/ecastells>].

Cook, Ellen Piel (1991). Annual Review: Practice and Research in career counseling and development. *The career development quarterly*, 40 (2).

Chahad José Paulo Zeetano (2003). *Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego*. São Paulo.

Chaves, Camila Nogueira (2010). *Serviço social e políticas sociais: a relação teoria e prática em questão*. Tese de mestrado, Universidade Federal Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, Brasil.

Chiavenato, Idalberto (2000). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 6ª. Edição. São Paulo: Editora Campus.

Darwin, Charles (2010). *A Origem das Espécies*. São Paulo: Coleção: Livros que mudaram o mundo.

De Masi, Domenico (2000). *A Sociedade Pós-Industrial*. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Senac.

Duque, Eduardo (2003). *A Identidade na pós-modernidade: um conceito histórico-hipotético*. *Cadernos do Noroeste*, 21, 1-2: 39-51.

Duque, E., Calheiros, A. (2011). *Trabalho, igualdade e inclusividade na pós-modernidade*. *Pessoas & Sintomas*, 15, 46-51.

Duque, Eduardo (2012). Contributos para uma crítica da aceleração do tempo”, In Araújo, E.; Duque, E. (2012). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Centro de Investigação em Ciências Sociais.

Duque, E. (2013), “Work Values in Portuguese Society and in Europe”, in Ana Paula Marques, Carlos Gonçalves, Luísa Veloso (coord.), *Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*, Secção temática Trabalho, Organizações e Profissões, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 81-98.

Duque, Eduardo (2014). *Mudanças Culturais. Mudanças Religiosas. Perfis e tendências da*

Drucker, Peter (1999). *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo: Editora Pioneira.

Eufrásio, Marcelo Alves Pereira (2011). *As Transformações no Mundo do Trabalho Frente à Globalização*. *Revista Labor*, vol. 1 (nº 5).

Esping-Andersen, Gøsta (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.

Freire, João (2000). *Atitudes Face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Freire, João (2009). *Trabalho, emprego e cidadania*. *Sociologia*, vol. 19, Porto: Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gameiro, Adriano Moreira (2007). *Relevância da segurança jurídica no modelo de Estado Transnacional*. *Revista de Direito Público*. V. 2, n. 1, Ed. UEL. Londrina-PR.

Giddens, Anthony (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Presença.

Giddens, Anthony (2010). *O Trabalho e a Vida Económica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, Carlos (2009). *Desenvolvimento do estudo: notas teórico-metodológicas*” In Gonçalves, Carlos (org.), *Licenciados, precariedade e família*. Porto: Estratégias Criativas.

Grau, Eros Roberto (2005). *A Ordem Económica na CF de 88*. São Paulo: Ed. Malheiros.

Gremaud, Amaury et. Al. (2002). *A Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas.

Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, Estoril: Principia.

Habermas, Jürgen (2001). *A Constelação Pós-Nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi.

Hespanha, Pedro (2002). *Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social* In Santos, Boaventura Sousa (org), *Globalização: Fatalidade ou Utopia*, Porto, Afrontamento.

Keynes, John (1936). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Os Economistas

- Kovács, Ilona (2006). *Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho.*], Retirado em agosto, 17 2013 de: [<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n52/n52a03.pdf>].
- Loison, Laurence (2003). *A Experiência do Desemprego em Portugal*. Cidades - comunidades e territórios, nº6, 113-124.
- Mariotto, Fábio (1991). *O Conceito de Competitividade da Empresa: Uma Análise Crítica*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 31, n. 2.
- Marques, Ana Paula (2006). *Entre o Diploma e o Emprego: A Inserção Profissional dos Jovens Engenheiros*, Porto: Afrontamento.
- Marques, Ana Paula (2009), *Trajectórias Quebradas: A Vivência do Desemprego de Longa duração*, Porto: Profedições.
- Martins, Alcina; Tomé, Maria Rosa (2008). *Estado Atual da Formação em Serviço Social em Portugal – problemas e desafios à organização profissional*. 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, IFSW e CFESS, Brasil, Salvador - Bahia.
- Marx, Karl (1985). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1.
- Mouro, Helena & Simões, Dulce (2001). *Cem anos de Serviço Social*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Nogami, Otto & Passos, Carlos (1988). *Princípios de Economia*. São Paulo: Pioneira.
- Nunes, Maria Helena (2010). Serviço Social em Contexto: Política Social e Serviço Social. Trabajo Social Global. *Revista de Investigaciones en Intervención Sociale*, 1 (1), 59-79.
- Pinto, Madureira (2006). Precarização e Relações de Sentido no Espaço Social do Trabalho, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, vol. 16, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto,], retirado em agosto, 19 2013 de [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4626.pdf>].
- Outhwaite, William; Bottomore, Tom (Org.) (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rebelo, Glória (2000). *Emprego e formas de precariedade da actividade laboral: o caso de Portugal no contexto da EU*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Rodrigues, Fernanda (1999). *Assistência social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: ISSS – Departamento editorial; CPIHTS- Centro Português de História e de Investigação em Trabalho Social.

Sandroni, Paulo (1999). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller.

Santos, Boaventura de Sousa (2000). Os Processos da globalização *in* Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Vinicius Correia (2009). *Da Era Fordista ao Desemprego Estrutural da Força de Trabalho: Mudanças na Organização da Produção e do Trabalho e seus Reflexos*. VI Colóquio Internacional Marx e Engels.

Sennett, Richard (1999). *A Corrosão do Caráter – As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.

Tumolo, Lúcia Maria Soufen & Tumolo, Paulo Sérgio (2004). A Vivência do Desemprego: Um Estudo Crítico do Significado do Desemprego no Capitalismo. Trabalho, Educação e Saúde, vol. 2(nº 2), 327-344.

Webgrafia

www.ine.pt

http://economico.sapo.pt/noticias/a-globalizacao-e-o-desemprego_3681.html

www.apross.pt

http://www.carloscoelho.org/dossiers/lisboa/CONSELHO_EUROPEU_LISBOA_2000.pdf (Cimeira de Lisboa 2000).

Anexos

(A consultar no CD em suporte digital)

Guião Informal de Entrevista

Título: A Vivência do desemprego por parte dos Assistentes Sociais

Warm up

Bom dia/ Boa tarde/ Boa noite, o meu nome é Fernanda Vivas e, neste momento, encontro-me a realizar algumas entrevistas destinadas aos Assistentes Sociais que se encontram numa situação de desemprego. Estas entrevistas foram elaboradas tendo como objetivo compreender mais profundamente de que forma é que os licenciados em Serviço Social experimentam a situação de desemprego na sua área de formação. Além disso, através da realização das mesmas pretende-se compreender de que forma é que os assistentes sociais desempregados tentam ultrapassar/ contornar a situação de desemprego. Por último, visa-se conhecer a sua opinião acerca das razões que motivam o desemprego na área social numa época em que os problemas sociais são cada vez mais frequentes e graves.

Estas entrevistas estão a ser realizadas no âmbito do Mestrado em Serviço Social(Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga).

Informações

Antes de começarmos a entrevista, gostaria de o informar que os seus dados pessoais não serão, sob qualquer condição, divulgados, sendo estes completamente confidenciais. Esta entrevista será apenas identificada através de um número.

Apresentação

Falando um pouco sobre mim (entrevistador):

Chamo-me Fernanda Vivas e neste momento estou a frequentar o Mestrado em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga. Neste momento, estou a realizar um estudo sobre a forma como os Assistentes Sociais vivenciam e percecionam o fenómeno do desemprego na sua área profissional. Através da recolha de testemunhos pretendo aprofundar algumas questões como, por exemplo, tentar compreender de que forma é que os Assistentes Sociais encaram esta realidade, compreender quais as alternativas que estes encontram para enfrentar esta realidade bem como tentar compreender a sua opinião acerca dos potenciais causas que potenciam esta situação uma vez que cada vez mais emergem problemas sociais na atualidade.

Antes de começarmos com a entrevista perguntar sempre:

- ✓ Compreendeu todos os processos que envolvem o estudo?
- ✓ Tem alguma dúvida relativamente a algum aspeto?
- ✓ Podemos começar?

Momento final:

- ✓ Dentro deste tema e destas questões gostaria de acrescentar mais alguma coisa?
- ✓ Como foi a experiência? Sentiu-se bem?
- ✓ Agradeço a sua colaboração e disponibilidade. Espero que tenha sido gratificante.

Guião Informal de Entrevista

Título: A Vivência do desemprego por parte dos Assistentes Sociais

No âmbito do Mestrado em Serviço Social encontro-me a realizar um estudo sobre a vivência do desemprego por parte dos Assistentes Sociais. Este estudo visa compreender sobretudo como é que os Assistentes Sociais enfrentam esta situação e quais são as alternativas que encontram para fazer face a esta problemática atual.

1. Caracterização sociográfica

- ✓ Como se chama?
- ✓ Que idade tem?
- ✓ Qual é o seu estado civil?
- ✓ Qual é a sua formação académica?
- ✓ Qual foi a instituição de ensino que frequentou e qual foi o ano de conclusão da sua formação académica?
- ✓ Qual é a sua situação profissional atual?

2. Percorso Profissional após a conclusão da licenciatura

- ✓ Após a conclusão da licenciatura, quanto tempo esperou até encontrar emprego?
- ✓ Fale-me um pouco acerca do seu percurso profissional. O primeiro emprego que teve após ter concluído a licenciatura foi na área social?
- ✓ Atualmente, encontra-se a exercer alguma atividade profissional (na sua área de formação ou exterior à mesma)?

3. Vivência do Desemprego

- ✓ De que forma é que lida com a situação de desemprego na sua área de formação?
- ✓ De que forma é que o desemprego afeta a sua vida pessoal/ familiar e emocional? Refira alguns exemplos.
- ✓ Sabemos que a falta de verbas não é a única justificação para a existência de desemprego nesta área. Por isso, de acordo com a sua opinião, quais são as razões que motivam o desemprego no seio dos Assistentes Sociais tendo em consideração que há cada vez mais problemas sociais?
- ✓ As preocupações/ dificuldades proporcionadas pelo desemprego levam-no(a) a procurar emprego noutras áreas profissionais e a colocar de parte a formação adquirida na área social?

4. Estratégias de tentativa de superação da situação de desemprego

- ✓ Atualmente encontra-se inscrito no Centro de Emprego?
- ✓ Mesmo quando trabalha em áreas externas ao Serviço Social, possui esperanças de encontrar emprego na sua área de formação e continua a fazer uma procura ativa de emprego?
- ✓ Na área social, que tipo de emprego visa encontrar?
- ✓ Quais são as principais dificuldades sentidas aquando da procura de emprego na sua área de formação?
- ✓ Crê que os lugares que deveriam de ser ocupados pelos Assistentes Sociais estão a ser indevidamente ocupados por outros profissionais externos ao Serviço Social?
- ✓ Acredita que este constitui um dos maiores impulsionadores do desemprego no Serviço Social?

- ✓ Pensa que o aprofundamento da sua formação seria uma mais-valia para encontrar emprego na sua área?

5. Futuro Profissional

- ✓ Se pudesse reiniciar o seu percurso académico, optaria por um curso diferente?
- ✓ Acredita que o desemprego no seio do Serviço Social estimula em toda a comunidade do social um “desacreditar” em relação a esta profissão?
- ✓ Refletindo acerca do seu percurso profissional anterior, tomaria as mesmas opções?
- ✓ De que forma é que pensa que um emprego qualificado na sua área iria modificar a sua vida?
- ✓ Ter um emprego na área social é sinónimo de realização pessoal/profissional?
- ✓ Sair do país constitui para si uma possibilidade de fugir ao desemprego e simultaneamente uma possibilidade de exercer a sua profissão?